

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ANGRA DO HEROÍSMO RELATIVA AO ANO 2021

Aos 27 dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um pelas nove horas e trinta minutos no Grande Auditório do Centro Cultural e de Congressos de Angra do Heroísmo, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores secretários municipais: Tânia Gil da Rocha Lemos e Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos.

A – PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa determinou que se procedesse à chamada, tendo-se verificado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista:

Ana Margarida Leonardo Fortuna, Ana Maria Sousa de Lima Borges, António Toledo Alves, Artur da Câmara Machado, Carla Alexandra Cardoso Monteiro, Carlos Manuel Pereira Martins, Davide Gabriel Cabral dos Reis, Décio Manuel Lourenço Santos, Durval Manuel Melo Ferreira dos Santos, Francisco Alberto Barcelos Trovão, Hélio Manuel Melo Vieira, Honória de Fátima Dias Leandro Lourenço, Isabel Maria Diniz Berbereia, João Luís Sanchez dos Santos, José Fraga Ferreira Machado, Marco Paulo Vieira Alves, Maria de Fátima Soares Fernandes Ferreira, Marília Margarida Enes Garcia de Vargas, Miguel da Cunha Pacheco Ribeiro de Borba, Paulo Jorge Pimentel da Silva, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Rogério Paulo Nogueira e Sousa, Salvador da Rocha Lopes, Tânia Gil da Rocha Lemos, Valdeci Purim.

Grupo de Cidadãos “Todos Somos Sé”:

Maria Cecília Narciso Vieira Sousa da Costa.

Grupo Municipal do Partido Social Democrata:

Agostinho Guilherme Aguiar Pires, Cesário Alberto Ferreira Pamplona, Délio Francisco Freitas Ormonde Borges, Filipe Jorge da Silva Almeida, Francisco Manuel Leonardo dos Santos, Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Manuel Mendes Leal, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Mário José Martins Cardoso, Rómulo de Ficher Correia, Sónia de Fátima Pereira Lourenço Pimentel.

Grupo Municipal do CDS-PP:

Brites Baldaia Rego Botelho Mendonça Cunha, Michele Soveta Aguiar.

Câmara Municipal:

Presidente: José Gabriel Álamo de Meneses.

Vereadores: António Miguel Arieiro Gonçalves Bezerra, Guido de Luna da Silva Teles, José Gaspar Rosa de Lima, Paulo Alexandre Silva Lima, Raquel Gomes Caetano Ferreira, Rita Olaio de Mendonça Andrade.

Posta à discussão sem que se verificassem quaisquer intervenções, a ata da sessão anterior do dia 12 de fevereiro de 2021 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura do expediente e colocou-o à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

- *Uma carta de agradecimento pelo Voto de Louvor atribuído à Pastelaria Athanasio.*

B – PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Munícipe Marcos Couto – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados. Umas curtas palavras apenas para formalizar o fim das minhas funções como vereador ao fim destes três anos e meio, agradecendo a todos a convivência ao longo deste tempo. Foi para mim um processo de aprendizagem muito importante que me permitiu fazer aquilo que considero que todos devemos fazer, ou seja, prestar um serviço às pessoas em defesa dos interesses da nossa cidade, do concelho e da ilha.

Permitam-me agradecer de uma forma especial ao senhor presidente da Assembleia, o doutor Ricardo Barros, e aos senhores vereadores com quem tive o grato prazer de trabalhar ao longo deste tempo e estabelecer relações que vão muito além das ligações institucionais. Gostaria de destacar particularmente a excelente relação que temos tido ao longo deste tempo com o senhor presidente da Câmara, o professor Álamo de Meneses. Já o disse o outro dia mas, como ele não estava presente, volto a dizê-lo hoje. É uma pessoa que inicialmente se estranha e depois se entranha, por tudo o que tem de bom. Conversámos muito dentro do partido e o deputado Luís Rendeiro até dizia que o professor Álamo era quase um «bromance». Trabalhámos sempre na defesa conjunta e incondicional dos interesses do concelho e da nossa ilha por vezes contra tudo e contra todos, uma relação partilhada pelos restantes vereadores: o José Gaspar Lima, a Raquel Ferreira, o Guido Teles e o Paulo Lima.

Não poderia deixar de agradecer também ao meu colega Miguel Bezerra, que foi por diversas vezes um apaziguador em algumas situações mais difíceis, a todos os senhores presidentes de junta, em particular àqueles que me acompanharam ao longo deste tempo, e a todos de um modo geral.

Termino, deixando aqui um último apelo. Lembro que a ilha Terceira continua a sofrer os mesmos ataques, por isso considero que os partidos com assento nesta Assembleia devem defender de forma incondicional os interesses da ilha Terceira e do nosso concelho em particular. No meu entender, os partidos devem ser o meio para atingir o fim, o que nem sempre acontece na política açoriana. Independentemente do que nos possa eventualmente dividir do ponto de vista partidário, devemos permanecer sempre unidos na defesa dos interesses da ilha Terceira e da cidade de Angra em particular. Nas funções que agora irei desempenhar estarei sempre disponível para o que for necessário. Expresso aqui o meu agradecimento por esta oportunidade e desejo a todos a continuação de um bom trabalho.

(Aplausos).

Sr. presidente da Mesa – Em nome da Assembleia, agradeço-lhe o trabalho desenvolvido e desejo-lhe as maiores felicidades nas funções que o senhor agora desempenha.

Sr. presidente da Câmara – Muito bom dia senhor presidente e senhores membros da Assembleia. Em nome do executivo, sinto-me na obrigação de agradecer ao Marcos Couto pelo trabalho frutuoso que desenvolveu ao longo destes quase quatro anos.

Vivemos nestes últimos anos um tempo difícil no que diz respeito à defesa de um conjunto de questões fundamentais para a ilha Terceira, em particular as situações genéricas das acessibilidades. Lembro as reuniões de Câmara e da Assembleia e o facto de termos conseguido aprovar aqui por unanimidade um conjunto de documentos que foram fundamentais para chegarmos onde chegámos. Tudo isso resultou também da capacidade de diálogo que o Marcos Couto demonstrou dentro da Câmara, defendendo pontos de vista e procurando sempre o entendimento para além das naturais diferenças de opinião, o que nos permitiu um trabalho notável nestes anos no que diz respeito a dossiês extremamente difíceis. Primeiro com o governo do Partido Socialista, agora com outro executivo liderado pelo PSD, a verdade é que fomos sempre capazes de manter a mesma postura e o norte, percebendo os verdadeiros objetivos para além das questões meramente partidárias, um mérito que sempre demonstrou.

O Marcos sai mas acaba por ficar porque passa para a presidência da outra câmara da nossa cidade, a Câmara do Comércio, desempenhando um papel ainda mais relevante na condução das coisas públicas da ilha. Uma boa parte daqueles dossiês que mereceram o seu empenho são agora as questões políticas centrais com que ele terá que lidar também na Câmara do Comércio. Fica aqui o meu agradecimento e a certeza de que o seu sucesso na Câmara do Comércio será também o sucesso de todos nós. Muito obrigado.

(Aplausos).

C – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Muito bom dia senhor presidente e Exma. Mesa, senhor presidente da Câmara e caríssimos vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Cumprindo o regimento e não podendo intervir no período destinado à intervenção do público, aproveito também para saudar o Marcos Couto e apresentar em meu nome e em nome do PSD, a nossa mais profunda e sincera congratulação pela sua eleição como presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo. Julgo que, muito dificilmente haveria homem mais certo para o lugar certo. O senhor presidente da Câmara que me desculpe mas o Marcos teria também sido o homem certo no lugar certo, caso lhe tivesse ganho as eleições autárquicas. Assim não foi porque o povo é soberano e decidiu, mas foi feito um excelente trabalho na oposição sempre de forma construtiva, colocando os interesses do concelho e das suas gentes acima de quaisquer questões partidárias que levaram, inclusivamente na vereação camarária, às inéditas aprovações de orçamentos por unanimidade, algo que não acontecera antes. Tudo isto é revelador da postura e da atitude correta na defesa acérrima e feroz dos interesses das pessoas, da ilha e dos seus negócios para o exterior sempre que foi necessário.

Pela sua forma de estar, pelo seu empenho e feito – muitas vezes difícil – julgo que o Marcos Couto consegue ser o homem certo no lugar certo nas missões que abraça. Marcos, este cargo na Câmara do Comércio assenta-te como uma luva. Julgo que estarás como peixinho na água fazendo o que fazes melhor que é lutar um pouco por todos nós. Em nome de todos os deputados do grupo municipal do PSD, quero dizer-te que, ao teu lado, foi um

orgulho enorme ter sido candidato, ter feito oposição e somado pontos. Todos pudemos construir algo diferente neste mandato autárquico, criticando quando tivemos que o fazer, nunca abdicando de apresentar alternativas sempre que tal nos foi exigido. Acima de tudo, tenho ainda muito mais orgulho de ser teu amigo. Boa sorte nas missões que agora abraças e que tudo te corra bem.

Agora, a título mais político, queria também e em nome do PSD, apresentar a profunda satisfação e congratulação pelo anúncio feito pelo Secretário Regional da Saúde Clélio Meneses, que o novo Governo vai mesmo avançar com a Radioterapia no Hospital da Ilha Terceira, acabando de vez com o «dá e tira, promete e não cumpre, constrói *bunker* e não põe lá equipamentos, etc.», algo que se verificou por demasiado tempo no nosso hospital. Construiu-se o *bunker* para depois se assumir que a Radioterapia iria para S. Miguel. Depois inaugurou-se a medicina nuclear e eu, como deputado regional, estive presente nessa cerimónia de inauguração, sendo Secretário Regional o doutor Luís Cabral, médico atualmente ao serviço do nosso hospital. Depois a medicina nuclear não funcionou e mediante uma decisão política, teria que ir também para S. Miguel porque a Terceira não tinha um número suficiente de doentes ou casuística, ou seja, foram decisões políticas que são complicadas porque valem para ambos os lados.

Teria sido também uma decisão política se, na ilha Terceira, tivesse ficado o Polo Regional de Radioterapia e as pessoas cá se deslocassem. Todos nos lembramos que o hospital de Ponta Delgada encaminhava os doentes da Litotricia para o continente, havendo uma unidade aqui na ilha Terceira. Até parece que alguém vai rasgar as suas vestes e vai para o inferno se tiver que tratar da sua saúde na ilha Terceira, ao contrário de qualquer cidadão de qualquer ilha dos Açores sem hospital que, por força das circunstâncias, tem que se deslocar e procurar a especialidade onde ela estiver disponível.

Quero saudar este desempenho e alertar para o perigo das decisões à nossa escala em meios pequenos, fundamentadas em rácios. Se formos para os rácios estatísticos e de casuística, se calhar nem maternidade teríamos no Hospital da Ilha Terceira e estaríamos condenados a ir nascer noutra lado.

A política aos políticos, a matemática aos matemáticos, a estatística aos estatísticos. Há decisões políticas que devem ser assumidas por políticos. Assumiu-se e muito bem, a abertura da Radioterapia e espero que nunca ninguém se lembre de considerar que não temos cá na ilha nascimentos suficientes para nos fecharem a maternidade; só nos falta isso.

Estes rácios são, de facto, preocupantes e agora existe um novo perigo que são as vacinas. Agora é suposto concentrá-las noutra lado. Não é suposto que toda a gente de modo igual use a máscara, cumpra o distanciamento social, feche os bares e os cafés, tenha juízo e se porte bem. Não. Agora é suposto que uns tenham vacinas e outros, que se portam bem e cumprem, fiquem sem elas.

Temos que lidar com estes perigos que não têm cor política e o que é bom para a Terceira não deve depender da cor do papel do embrulho. Penso que todos ficaremos satisfeitos com algo de bom que aconteça no nosso concelho e na ilha, independentemente da cor de quem governa e espero que essa satisfação não encontre empecos devido à cor da camisola partidária. Tenho visto demasiada discussão nas redes sociais de parte a parte, do Governo Regional e das oposições, o que é lamentável, e terá que haver algum recato por parte de quem tem ou teve algumas responsabilidades. Já demonstrámos nesta Assembleia e também no Conselho de Ilha, a nossa capacidade de gerar consensos e perceber o que é mais ou menos bom para a nossa ilha independentemente das cores políticas de cada um. Sabendo

que todos temos direito a opiniões pessoais, deve existir maior atenção e preocupação por parte daqueles que ocupam cargos de responsabilidade porque o bem comum é sempre mais importante do que a filiação e a clubite partidária.

Apesar de manter algumas divergências com alguns dos titulares dos cargos governativos agora em funções, devo reconhecer-lhes o profundo rigor e a defesa intransigente dos interesses da sua terra. Grande parte dos dossiês relativos à ilha Terceira que, por decisão política têm estado pendentes e encahados, poderão encontrar outras abordagens e novo rumo. Estou a falar das questões das acessibilidades que o senhor presidente da Câmara muito bem aqui referiu. Algumas parecem padecer claramente de vícios de forma, de raciocínios e teimosias mas, mudando os intérpretes, decerto terão outra interpretação.

Sra. d. m. Brites Cunha – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Começo por felicitar também o Marcos Couto pelas suas novas funções, esperando que continue a manifestar esta abertura de consensos e moderação aqui tão amplamente reconhecida que leve a entendimentos profícuos para a ilha Terceira, não esquecendo que a Câmara do Comércio abrange também as ilhas de S. Jorge e da Graciosa. Que lhe corra tudo muito bem em prol de todos com grandes contributos para os açorianos.

Atendendo a que, na sessão anterior da Assembleia Municipal, era ainda prematuro prever algo acerca das festas Sanjoaninas, agora que o Séquito Real foi apresentado e mediante os anúncios de que as festas irão para a rua ou serão transmitidas pelos meios telemáticos, gostaríamos que o senhor presidente da Câmara levantasse um pouco o véu e nos dissesse o que está previsto.

Sr. presidente da Câmara – As festas Sanjoaninas continuam a ser programadas mantendo basicamente dois cenários principais e permitindo alguns cenários intermédios. Esperemos que o cenário mais favorável nos coloque numa situação com uma percentagem razoável de pessoas vacinadas sem quaisquer situações de falta de controlo na ilha para podermos ter alguns espetáculos com entradas condicionadas, cumprindo as regras de distanciamento, usando este espaço e o Bailão devidamente fechado, com bilhetes que este ano serão gratuitos. Contamos ter, pelo menos, duas touradas de praça e a Festa dos Capinhas com as regras que já foram testadas com sucesso no verão passado. Não haverá desfiles nem ajuntamentos de pessoas mas haverá, pelo menos, um conjunto de espetáculos. Pondo-se o outro extremo do pior cenário com a possibilidade de recrudescimento da pandemia na Terceira, os espetáculos serão realizados sem público e transmitidos apenas pela via digital.

Este ano não se fará o tradicional desfile mas foi gravado um filme e continuamos a trabalhar na criação de um programa sobre a rainha com cerca de uma hora e meia de duração. Na hipótese de termos um ano bom, poderemos recebê-la no Salão Nobre com alguma participação pública de forma controlada. Se as coisas não correrem tão bem, ficaremos-nos pela transmissão do filme que está a ser preparado.

Resumindo, temos a possibilidade de realizar as Sanjoaninas 2021 entre dois cenários: um mais favorável com público em espaços controlados e um outro desfavorável em que as festas serão integralmente transmitidas sem a participação do público. Só saberemos o que nos espera quando estivermos mais perto do início das festas porque estas situações mudam como muda o vento como temos visto acontecer noutras ilhas. Hoje podemos estar bem mas não saberemos o dia de amanhã.

A equipa das Sanjoaninas tem feito um trabalho excecional porque é muito mais difícil projetar umas festas nestas condições e tem que haver a capacidade de se poder alterar as coisas no último momento. Podemos até começar as festas de uma forma e acabá-las de outra porque nunca sabemos como as coisas correm. Estão a ser feitas programações difíceis e as festas dependerão das contingências do dia a dia.

Uma certeza que começa neste momento a pairar é o facto de não termos um grau de vacinação como gostaríamos. Quando se iniciou este processo em janeiro, havia uma razoável expectativa que chegaríamos a junho com 60 ou 70% da população vacinada mas, à medida que o tempo vai passando, a probabilidade de tal acontecer, aproxima-se perigosamente do zero. Teremos umas Sanjoaninas muito controladas porque a segurança está acima de tudo, mas a marca Sanjoaninas não pode ficar a dormir dois anos seguidos sob pena de recuarmos num investimento enorme que foi feito por este município ao longo de décadas. Há que manter as Sanjoaninas vivas e faremos as coisas de acordo com as condições concretas daquela semana de junho.

Sra. d. m. Michele Aguiar – Bom dia senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, colegas deputados.

Tenho uma questão muito simples relacionada com o trânsito na cidade de Angra. Com as obras a decorrerem na Rua Tomé Belo de Castro, a Rua Gonçalo Velho Cabral ficou com o trânsito a circular nos dois sentidos. Havendo ali uma Instituição Particular de Solidariedade Social com ensino pré-escolar e ATL e visto não haver passeios daquele lado da rua, as pessoas, ao saírem para a rua com as crianças, ficam perigosamente muito perto dos carros que por ali circulam. Devem ser ali colocados alguns obstáculos que limitem a velocidade do trânsito automóvel naquela via.

Sr. presidente da Câmara – Parece-me tratar-se de uma proposta muito razoável e vamos ver se conseguimos reduzir a velocidade ali. O que está a acontecer é que a Rua Tomé Belo de Castro diante do campo de jogos fecha intermitentemente em função da obra quando há lá betoneiras ou outro equipamento. Vai abrindo e fechando e, como não há acesso alternativo àquela zona da cidade, o trânsito naquela rua tem que circular nos dois sentidos, o que não é bom para o colégio e tem também causado algum empeco e um impacto negativo no Alto das Covas.

Está ali a ser feito um trabalho relativamente simples. Trata-se da reconstrução de um muro que estava a dar de si, uma obra que esperamos ver concluída num par de semanas para, rapidamente, podermos reabrir a rua. Entretanto, vamos ver se conseguimos fazer reduzir a velocidade ali e controlar melhor o acesso do lado de cá porque, nestes últimos tempos, se tem criado também alguma complicação no trânsito no Alto das Covas. Resolveu-se o problema da Rua Nova indo por dentro do parque de estacionamento do Bailão, mas quem vem da Rua da Rosa e daquela zona da cidade nos momentos em que a via está fechada, não tem nenhuma alternativa. Esperemos que os trabalhos decorram rapidamente e os prazos sejam cumpridos para nos vermos livres desse problema dentro de algumas semanas.

Sra. d. m. Marília Vargas – Muito bom dia senhor presidente e elementos da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas.

Quero deixar também uma palavra de saudação ao Marcos Couto, desejando-lhe as melhores felicidades no seu novo cargo. Nos últimos tempos nem sempre estivemos de acordo e tivemos algumas divergências mas a democracia é mesmo assim. Vejo em si um

grande defensor da ilha Terceira, reconheço-lhe essa grande qualidade e desejo-lhe a melhor sorte na sua nova tarefa.

No que diz respeito à Radioterapia, este assunto tão sensível, foi com muito agrado que recebemos esta boa notícia da sua vinda para a ilha Terceira. Como tive oportunidade de publicar nas redes sociais e parece-me que o comentário do deputado Luís Rendeiro vem um pouco na sequência disso, devo dizer que me desagrada um pouco esta caça aos louros.

Há uma capacidade instalada e uma médica Radio-oncologista no nosso hospital que está em processo de contratação desde agosto de 2020 da altura do governo socialista. A doutora Alexandra Freitas, diretora clínica na altura, fez muita pressão, participou nesse processo de contratação juntamente com o governo socialista, por diversas vezes tentou saber junto da Secretaria da Saúde qual o plano relativamente à Radioterapia aqui na ilha Terceira e aí é que houve o problema. Tentou por diversas vezes ser ouvida, porque havia já a intenção da existência da Radioterapia aqui na Terceira antes da mudança do Governo, mas nunca o conseguiu e tinha já uma médica em contratação.

Houve aqui um grande esforço por parte da nossa diretora clínica que, como sabe, levou a que fizesse o pedido para não exercer mais funções depois da sua comissão de serviço porque não havia diálogo. Foi com grande desagrado que perdemos uma diretora clínica que esteve presente no hospital todos os dias numa altura de pandemia, completamente acessível e a trabalhar dia e noite. Se bem se lembra, fizemos um Voto de Louvor ao hospital e ao SEEBMO pelo trabalho feito durante a pandemia.

Talvez as coisas não tenham corrido tão bem nos outros hospitais e o nosso aguentou bem a situação, muito graças à doutora Alexandra Freitas e agora perdemos uma diretora clínica, daí o meu desagrado. Terminou a sua comissão de serviço e neste momento está em gestão corrente. Não sei se conseguirão alguém muito melhor do que ela. Até agora ainda não arranjam.

Quanto a mim, esta caça aos louros por parte do PSD não ficou muito bem vista porque o PS e muitas outras pessoas desenvolveram muitos esforços e têm que ver o seu valor reconhecido. Se o PSD fala tanto em meritocracia, aqui deixou muito a desejar.

Sr. d. m. António Alves – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, restantes colegas.

Pergunto ao senhor presidente da Câmara se tem alguma previsão acerca do arranjo previsto das infiltrações do Pavilhão do Posto Santo.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e restantes vereadores, senhores membros da Assembleia.

A Câmara Municipal contratou um empreiteiro há mais de um mês, a CITEL, para proceder a essas reparações. Segundo comunicaram à Câmara, houve algum atraso devido ao mau tempo que se fez sentir nestes últimos tempos mas os trabalhos estão prestes a começar, embora se trate de problemas difíceis de resolver relacionados com questões estruturais de construção daquele pavilhão cujo teto nunca cumpriu devidamente a sua função. Temos esperança que desta vez o assunto fique devidamente resolvido de acordo também com o comprometimento do próprio empreiteiro.

Sra. d. m. Brites Cunha – O CDS-PP congratula-se também com este anúncio da vinda da Radioterapia para a Terceira. Reagindo ao que aqui foi dito, é importante que se perceba que ninguém pôs em causa o investimento que tinha sido feito mas é notório que, havendo capacidade instalada e recursos humanos, houve sempre uma falta de vontade política como

disse e muito bem o senhor deputado Luís Rendeiro. Numa altura em que isto foi assumido e devia ser um motivo de satisfação para todos nós, o problema não é a caça aos louros mas sim, a caça às bruxas. Relembro que foi a própria diretora clínica que, numa atitude absolutamente extemporânea, disse que não estaria disponível para continuar. Não venham aqui dizer que apresentou a sua demissão e foi mandada para casa porque isso não é verdade. Disse que não estava disponível para continuar, está no seu direito e permanece em gestão corrente, o que toda a gente de bem deve fazer, assegurando funções até à sua substituição. Esta não é a primeira nem a última vez e até aconteceu o contrário quando o anterior Diretor Regional se quis ir embora sem assegurar a gestão corrente.

É importante dizer-se aqui que o hospital esteve sempre presente, fazendo-se representar nas negociações com a empresa que prestará este serviço. Se o hospital entendeu não indicar a diretora clínica para estar presente nessas reuniões, é um problema que não diz respeito à Secretaria Regional de Saúde.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não é minha intenção, e muito menos a intenção do PSD, fazer aqui qualquer tipo de caça aos louros, mas também é preciso sublinhar que ela é tão má quanto a propaganda quando as coisas não se realizam. Ao Partido Socialista não faltou tempo, maiorias absolutas e poder em toda a franja da democracia local, regional e até nacional para que as decisões tivessem sido tomadas. Se queriam os louros, tempo não lhes faltou, faltou-lhes foi a decisão política.

Se algo aconteceu nos últimos anos por parte dos governos socialistas, foi a garantia de que a Radioterapia não abriria na ilha Terceira apesar da inauguração das instalações com pompa e circunstância e com a presença do Secretário Regional. Não é de agosto para agora que vem a vontade toda em período pré-eleitoral porque nunca se fez. É isto que se lamenta e o regozijo tem a ver com uma decisão que é política, contrariando os rácios estatísticos e as dificuldades de casuística da nossa pequena dimensão. É para termos Radioterapia, vamos ter Radioterapia. É para isso que as decisões políticas se tomam e os orçamentos existem, sabendo que, se cumpríssemos esses rácios, nada se faria nas ilhas mais pequenas, na Terceira ou até mesmo em S. Miguel, se bem que os micalenses defendem que a sua dimensão justifica todas as boas decisões políticas que são sempre más ou menos boas para os outros.

Mais uma vez, não! Isto não é um caso de clubite nem de caça aos louros. Justiça me fará certamente por saber que andei aqui anos e anos a lutar contra a propaganda daquilo que se anunciava e não se fazia. Agora espero que se faça bem e tenhamos técnicos bem preparados para acudir à saúde das pessoas porque não há nada mais importante.

Desconheço a unidade hospitalar a que a senhora deputada se refere e nem tenho que a conhecer, mas conheço a realidade política à escala regional e à escala das tutelas. Julgo que sempre tivemos secretários da saúde extremamente fragilizados, alguns até francamente impreparados para o cargo. A última Secretária Regional que tivemos do anterior governo, talvez tenha sido a mais impreparada de sempre e a ilha Terceira foi sendo prejudicada, ora com falta de capacidade de decisão, ora com bloqueios objetivos a que as coisas se fizessem. Quanto às questões internas do hospital, pois eu não estou lá, por isso não tenho condições de as saber.

Se há questões que também encostam na confiança política e eram legítimas nas anteriores governações, decerto manterão essa legitimidade no tempo atual. Umhas vezes estamos mais satisfeitos, outras nem por isso, e o que mais me preocupa é o resultado final. Vamos ter Radioterapia e os nossos doentes oncológicos certamente agradecem porque o

envelhecimento da população e o aumento deste tipo de doenças fazem com que este seja um bem absoluto para os terceirenses e para todos os açorianos que encontrarem no nosso hospital um acolhimento e tratamento adequados às suas doenças, muitas delas graves que podem ceifar vidas.

Em vez de quaisquer birras, devemos é estar satisfeitos porque a Radioterapia aqui está e devemos continuar a reivindicar. Da minha parte, fá-lo-ei com este ou com outro qualquer governo, como sempre se fez antes, e este é o momento de estarmos satisfeitos.

Sra. d. m. Marília Vargas – Depreendo então que, a partir de agora, tudo o que for anunciado pelo Governo Regional, independentemente dos anúncios serem a continuidade do que tem vindo a ser feito, os louros vão todos para o PSD e todo o trabalho feito até agora pela direção clínica do hospital não contou para nada. Tudo bem, o que realmente interessa é que venha a Radioterapia e podem ter a certeza que estamos muito contentes com isso.

Respondendo agora à doutora Brites Cunha, a senhora leu a carta da doutora Alexandra Freitas? Percebeu porque não estava disposta a continuar? Porque não havia confiança. Até percebo essa falta de confiança política porque a doutora Alexandra fazia parte da comissão de honra do doutor Vasco Cordeiro. Se foi essa a razão, ao menos assumam e não venham falar de meritocracia porque tivemos uma das melhores diretoras clínicas no nosso hospital que fez um trabalho excelente em plena pandemia. Sabe o que é ser diretora clínica de um hospital numa altura de pandemia? Oxalá que, quem a vier substituir, faça o trabalho como ela fez. Essa é a minha mágoa.

Sr. d. m. João Santos – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, estimados colegas deputados.

Por um lado, fico satisfeito pelo facto de este governo não ter ainda dado qualquer mostra de centralismo e também porque, entre outras grandes mudanças apregoadas, a partir de hoje os doentes sujeitos a Litotricia não terão que se deslocar a Lisboa e serão todos encaminhados para a ilha Terceira. No entanto, pergunto ao senhor presidente da Mesa se não estaremos a desviar-nos um bocadinho da matéria da Assembleia Municipal. Sendo este, eventualmente, um assunto do interesse da ilha, pergunto se não teria mais cabimento a sua discussão na reunião do Conselho de Ilha que está marcada para depois de amanhã.

É certo que estamos em campanha eleitoral e todos os momentos são aproveitados para se tentar angariar votos para setembro, mas parece-me que a discussão desta matéria seria mais profícua no Conselho de Ilha. Estamos aqui a replicar alguns debates da Assembleia Legislativa Regional quando temos tantos assuntos para tratar referentes ao nosso concelho.

Sr. d. m. Délio Borges – Bom dia senhor presidente e restante Mesa, senhor presidente da Câmara e caros vereadores, senhoras e senhores deputados, estimado público e jornalistas aqui presentes.

Aproveitando esta maré de boas notícias que devem também ser discutidas aqui por estarem relacionadas com a administração local, gostaria de deixar uma nota relativa a uma decisão tomada na semana passada resultante da aprovação do Plano e Orçamento da região. Trata-se de um assunto muito velho já aqui trazido pelo senhor presidente da Câmara Municipal que tem a ver com a devolução de seis milhões de euros do IRS, um valor que estava retido há muitos anos pelo Governo Regional que não tinha cumprido uma decisão do tribunal. Finalmente, foi assumido pelo atual governo o compromisso do pagamento dos 5% de IRS que o anterior executivo arrecadava e não transferia para as câmaras municipais.

Quero realçar esta boa notícia, perguntando ao senhor presidente da Câmara que valores se destinam ao município de Angra do Heroísmo.

Sr. presidente da Câmara – É, de facto, uma boa notícia, a que se junta uma outra relacionada com a redistribuição dos fundos comunitários, uma matéria sobre a qual tínhamos também algumas dificuldades com o anterior governo. Falámos aqui por diversas vezes nessa questão, em particular no financiamento do Centro Interpretativo ali na Rua do Marquês, e nesta última semana foi possível dar passos muito significativos na resolução desse problema. É uma excelente notícia que, a concretizar-se, nos trará algum fôlego e nos dará a possibilidade de equipar o Centro Interpretativo mais cedo do que esperávamos. O valor é significativo e situa-se entre os 800 e os 900 mil euros. Se juntarmos cerca de um milhão de euros que poderemos receber pela outra via, poderemos olhar para o Centro Interpretativo com otimismo e outra capacidade de intervenção.

Esperemos que estas boas notícias se concretizem porque ainda faltam aqui alguns detalhes. Costuma dizer-se que o diabo se esconde nos detalhes, vamos ver se não estará escondido no meio deles. Como isto já andou muitas vezes para trás e para diante, eu já estou como S. Tomé e prefiro esperar para ver. Vejamos o que acontece a breve trecho.

Estávamos a discutir uma matéria que é conexas com esta, tem a ver com atitudes e com a relação com o governo. Em relação à redistribuição dos fundos comunitários, ao IRS e às receitas do IVA, apesar de se tratar de uma matéria com uma génese diferente, foram dados passos muito positivos que aqui saúdo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Começo por lembrar o senhor deputado João Santos que esta Assembleia Municipal tem representantes no Conselho de Ilha e não vem mal nenhum ao mundo que aqui se discutam temas que sejam depois levados a essa reunião pelos elementos desta Assembleia lá representados. Fica assim resolvido o incómodo número um. Quanto ao incómodo número dois, senhor presidente da Câmara, quem é amigo? Quem é? Mais uma vez relembro que as mudanças de intérpretes levam a mudanças de interpretações. Sim, sim. Aquilo que não se resolveu em mais de vinte anos a favor do município, talvez se resolva agora em menos de um ano...

Sr. presidente da Câmara – Cá estaremos para louvar.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Fico muito satisfeito que esta Câmara Municipal possa ser ajudada com os fundos comunitários que antes estavam bloqueados devido a outra interpretação e fechados à chave numa gaveta qualquer.

Senhora deputada Marília Vargas, isto é mesmo assim. Quando mudam os governos, por vezes uns têm a possibilidade de fazer aquilo que outros não fizeram. Nada tem a ver com esta Assembleia Municipal mas lembro que, o Passos Coelho era terrível e o António Costa foi fantástico – ou talvez não – mas é um facto que, muitas coisas que estavam em curso foram inauguradas e concretizadas. E os louros foram para quem? Diga lá. É mesmo assim. O que é preciso é coragem para que se tomem decisões e as pessoas saiam beneficiadas. Não fui eu quem tomou a decisão, foi outro. Gostaria de ter sido eu mas não fui, paciência. As coisas são assim e quem ganha são as pessoas.

Não interessa a cor do papel do embrulho, o que vale é o presentinho que lá está dentro. Julgo que está na hora de ficarmos satisfeitos com as boas decisões, seja a respeito da Radioterapia ou dos dinheirinhos para a Câmara Municipal e para o Centro Interpretativo. Agora que o orçamento está aprovado, vamos desejar que este novo Governo Regional tenha as ferramentas técnicas e financeiras certas para poder tomar as boas decisões.

Sra. d. m. Marília Vargas – Estamos muito contentes com o presente final mas, mais uma vez, vou falar em nome de algumas pessoas que, se calhar, não têm voz ativa. Se querem tomar decisões, tomem-nas mas assumam-nas. Se pretendiam demitir a direção clínica, demitissem a direção clínica mas não houve resposta a sucessivos pedidos de audiência nem se proporcionou o diálogo quando essa diretora clínica estava a resolver o problema da Radioterapia. Estava articulada com o governo socialista e contratou uma Radio-oncologista em agosto de 2020. O governo mudou e tentou por diversas vezes reunir com a Secretaria que nunca quis reunir com ela. Porquê? Sabe o que eu acho? É que não quiseram que ela ficasse com os louros. Infelizmente é isso que eu acho.

D – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativa à Atividade Municipal desenvolvida durante o período de 11 de fevereiro a 31 de março, bem como informação sobre a situação financeira da Câmara. Para apreciação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Começo por falar na sequência de uma pergunta que, se bem me lembro, foi feita pela senhora deputada Brites Cunha na última sessão da Assembleia e tem a ver com «Ponta Delgada, capital europeia da cultura». Em relação ao que vos informei sobre este assunto nessa sessão, houve uma evolução que não foi no bom sentido. Acontece que as cidades de Angra do Heroísmo e Horta tinham participado neste processo num pressuposto de igualdade de circunstâncias mas houve alguns anúncios públicos posteriores e um conjunto de situações que violaram esse princípio, razão pela qual estas cidades se retiraram do processo.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Surpresa, senhor presidente!

Sr. presidente da Câmara – Infelizmente não foi possível levar este processo até ao fim e após uma deliberação em reunião de Câmara, resolvemos retirar-nos desse papel e deixámos de ser copromotores. Isto não implica que Ponta Delgada não continue com o seu processo; tem todo o direito e desejamos-lhe a melhor das sortes mas não seremos copromotores. Igual decisão foi tomada pela cidade da Horta e pelas mesmas razões.

Neste momento estão a decorrer cerca de setenta obras em todo o concelho mas há duas que mais têm chamado a atenção. A conclusão do processo do Fanal com o arranjo daquela praceta lá em baixo do outro lado da rua onde era costume ter os carrosséis, aproxima-se da sua fase final, faltando apenas a instalação do memorial ao Tenente Coronel José Agostinho naquele jardim que terá o seu nome. Esperamos ter a obra concluída dentro de algumas semanas.

A outra obra que já foi aqui referida tem a ver com a reposição dos muros do Bailão. Como sabem, havia uns abatimentos relativamente graves por ali adiante junto ao campo de jogos porque o muro anterior tinha sido construído sobre um aterro relativamente grande e havia ali uma situação de algum risco. Por outro lado, existia um problema recorrente por altura das Sanjoaninas em que, sempre que havia concertos no Bailão, era preciso pedir emprestados todos os taipais que havia nesta ilha e ficava ali um arraial de tapadas de todas

as cores e feitios que em nada contribuíam para a dignificação daquele espaço. Em vez de se refazer as paredes em pedra que ali existiam, optou-se por fazer uma base em betão devidamente assente sobre a qual ficará um gradeamento metálico transparente nos períodos normais com a possibilidade de colocar uma daquelas telas de obras sempre que for preciso vedar o espaço para concertos. Isto permite um outro uso daquele espaço porque o investimento e a logística em taipais era de tal maneira grande que se tornava inviável sempre que se pretendia fazer ali algum concerto fora do período das Sanjoaninas. Assim, o palco pode ser utilizado em qualquer altura do ano e basta estender uma tela para vedar o espaço. Creio que esta obra valorizará muito o Bailão, enquanto espaço de espetáculos, porque lhe permitirá dar uma utilização permanente em qualquer período do ano sem dependência de grande logística.

Uma outra obra que está a iniciar-se com algum volume e apresentava sérios problemas é a substituição do teto das piscinas, a reposição de caixilharias e arranjo das questões de natureza energética do edifício. Aquelas piscinas foram construídas num período em que as preocupações energéticas não eram muitas e havia ali um problema gravíssimo de condensações que levava a que tudo apodrecesse por falta da ventilação necessária. O edifício está a ser refeito do ponto de vista energético com os mecanismos necessários para manter o ar seco e evitar as condensações. É um investimento grande que espero ver pronto ou quase pronto no fim do verão.

Uma outra obra que pouco se vê mas está praticamente concluída é a construção da teia do Teatro Angrense semelhante a esta que está por cima de nós. Está pronta e montada e estão agora a proceder a acertos e afinações de motores. Havia fortíssimas restrições no que diz respeito à iluminação e cenários e a partir de agora o teatro poderá ser usado para qualquer espetáculo. Além da sua qualidade arquitetónica, fica devidamente equipado com uma teia motorizada e provavelmente classificado entre os melhores teatros deste país com tudo o que é preciso. Esperamos tê-lo perfeitamente operacional dentro de algumas semanas.

Em S. Mateus está a ser feita uma outra obra de algum vulto. Estamos a tentar resolver uma questão de interpretação com o Governo Regional que tem a ver com a resolução dos problemas dos galgamentos do mar na parte de trás do porto entre o Biscoitinho e o Terreiro. Consideram necessário o licenciamento e nós não somos da mesma opinião por se tratar de uma obra pública financiada pelo Governo Regional e não deveria ser assim. Estamos em diálogo com o senhor Secretário dos Assuntos do Mar para tentarmos ultrapassar essas questões e esperamos ter o assunto resolvido em breve para que a obra se faça com toda a rapidez.

Está a decorrer também uma empreitada de cerca de um milhão e meio de euros de estradas. Sei que não é a melhor altura para o fazermos porque vamos ter que pagar a 100% e nalguns casos talvez fosse melhor esperar mais um bocadinho, mas a verdade é que há caminhos que estão a ficar intoleráveis e não tivemos outro remédio senão perder o amor ao dinheiro e avançar com esse investimento. Estamos a fazer uns bocadinhos ali em S. Bartolomeu, vamos para a zona do Escampadouro e continuaremos com um conjunto de troços, indo àqueles lugares que estavam em pior estado.

O concelho de Angra, a Terceira e todas as restantes ilhas dos Açores estão a precisar de um grande investimento em estradas mas, infelizmente este quadro comunitário, de alguma maneira, parou este processo. Esperemos que o próximo se revele mais generoso e nos seja possível retomar um investimento sério em estradas. Para já vamos avançar com estas intervenções quase de emergência porque há aí caminhos dificilmente transitáveis.

Foi também feito um grande investimento no Monte Brasil. Melhorou-se o acesso à Casa do Regalo, procedeu-se à substituição de muros e cimentou-se o acesso à caldeira para não se estar sempre a levar para lá bagacinas. Este trabalho veio valorizar imenso aquele espaço enquanto parque e visa dar execução a um dos acordos feitos com o Ministério da Defesa Nacional que é a abertura ao público do lado da baía de Angra. Estão lá a decorrer as obras necessárias e falta agora um acerto que tem a ver com a transferência de um paiol. Estamos a fazer esta intervenção para que o público em geral possa ir até ao farol na ponta do Monte Brasil. Se por lá passarem, verão que foi feito um trabalho grande.

No que diz respeito às calçadas, neste momento está em curso o arranjo da Rua do Marquês e está já feita a parte diante do Centro Interpretativo que era a mais complicada porque implicava descer toda a rua cerca de vinte centímetros. O troço mais complicado está concluído, estamos agora a fazer a parte final e o objetivo é descer diante do Seminário até ligar à parte antiga. Nessa obra vai ser instalada a tubagem que falta dos pluviais para se evitar aquela erupção na esquina da Rua do Marquês cada vez que chove.

Mantemos a estabilidade na vertente respeitante ao pessoal e tivemos três aposentações neste período. Temos uma razoável execução financeira e, como estamos na fase inicial do ano, o orçamento está dentro daquilo que é esperado. Ainda não há nenhum desvio ou outra questão que mereça reparo e tudo decorre em plena normalidade.

Existe uma outra situação complexa de funcionamento da Câmara. Temos feito alguns testes e tido algumas dificuldades com uma questão que aconteceu com o Glifosato. Este ano ainda é possível usá-lo, fizemos aqui uma tentativa de evitar e tivemos que o usar mas, a partir de 1 de janeiro do ano que vem, não será possível. Creio que sou dos mais imaginativos mas, para ser sincero, não estou a ver como vamos resolver o problema. Acho que vamos ter que comprar umas cabras municipais para mantermos as ruas limpas. O assunto tem algum grau de gravidade porque o nosso clima é propício às ervas que crescem um palmo por semana na primavera. Há um problema crescente que vai afetar a nossa cidade e todas as freguesias porque não é fácil controlar o ervaçal em tudo o que é caminho ou espaço público nesta terra. É um desafio enorme que vamos ter que encarar e vamos ver como a tecnologia evolui. Temos aqui um ano para fazermos alguma investigação e tentar novas soluções porque, a partir de 1 de janeiro do ano que vem, não será possível usar Glifosato.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Senhor presidente, este final de mandato é incontornavelmente marcado pela pandemia da Covid-19 e todas as situações a ela inerentes, por isso lhe pergunto o que a Câmara Municipal tem preparado para fazer face ao que vai acontecer com o levantamento do Estado de Emergência a nível nacional que fará com que as pessoas comecem a circular por aí em moldes diferentes dos atuais. O nosso turismo e os negócios precisam muito de gente de fora mas há atrasos na vacinação à escala global por não haver vacinas disponíveis ou devido a outras situações relativas à segurança de algumas das marcas disponíveis no mercado. A meu ver, existe algum medo um pouco exagerado porque não há medicamentos 100% seguros.

Houve uma tentativa que me pareceu criativa, oportuna e até meritória, de fazer chegar aos Açores mais vacinas vindas dos Estados Unidos ao abrigo do acordo da Base das Lajes, mas esbarrou mais uma vez na frontal oposição do infame Ministro dos Negócios Estrangeiros, sempre o mesmo que, vá-se lá saber porquê, parece não gostar mesmo nada dos Açores.

Com o levantamento do Estado de Emergência e os atrasos na vacinação, o que é que o município preparou para o verão ao nível dos possíveis ajuntamentos nas zonas balneares ou

nos parques de merendas, por exemplo? No ano passado acabámos por ter alguma sorte porque as pessoas aproveitaram o facto de não haver transmissão comunitária do vírus para desconfinarem e conviverem quase abertamente. As coisas correram bastante bem mas agora há outras estirpes do vírus em circulação e os perigos são maiores. Apesar de já termos máscaras, gel desinfetante e todo um conjunto de meios que não existiam na altura, gostaria de saber de que forma o município se preparou dentro dos espaços à sua responsabilidade, sabendo que somos agora um destino tido como seguro. Falei com alguns operadores turísticos e agentes de viagens e haverá bastante procura para os Açores, nomeadamente para as ilhas isentas de Covid-19.

Não fiquei muito convencido com as explicações do senhor presidente da Câmara acerca das Sanjoaninas. A pandemia está aí para todas e quaisquer festas e não me parece que a marca Sanjoaninas corresse especial perigo se fosse adiada, suspensa ou condicionada como estão todas as outras festas potencialmente concorrentes com a nossa. Temos sempre a hipótese de fazer umas Sanjoaninas «faz de conta» de forma virtual, o que nada tem a ver com a marca Sanjoaninas, com a movimentação de pessoas ou com o calendário de eventos culturais e outros que aqui se verificavam e nem tão pouco favorecem a economia local. Podem fazer diferença na criação de uma forma de se estabelecer um conjunto de parcerias e apoios a entidades culturais, desportivas, etc., que o senhor presidente da Câmara consegue enquadrar muito bem neste âmbito. Aí sim, encontro méritos para que esses apoios, que normalmente seriam dados no contexto Sanjoaninas, continuem possíveis numas festas virtuais, algo que até lhe pode vir a ser útil em cenário de campanha eleitoral. Este é o meu aparte.

Quanto a festas reais, caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém. Tendo em conta a falta de uma percentagem adequada da população vacinada e devidamente protegida e a impossibilidade da imunidade de grupo, não me parece boa ideia que nos apressemos a realizar festas que levem a ajuntamentos de pessoas. Tivemos o exemplo daquele célebre concerto do Pedro Abrunhosa em S. Miguel feito com boa vontade e muita pressa que depois se revelou um problema imenso. Houve lugares marcados e o cumprimento de todas as regras mas este tipo de eventos acarreta alguns riscos de proximidade à entrada e à saída, situações que são muito difíceis de controlar.

O senhor presidente há pouco falou-nos da obra do Biscoitinho e lembro que foram prometidos, ao abrigo da colaboração entre a república e a região, muitos e muitos milhões de euros. Na altura, tive a oportunidade de saudar o trabalho de organização da Câmara de Angra e do seu presidente por ter sido o município dos Açores capaz de cabimentar o maior número de obras e verbas ao abrigo desses apoios mas parece que, afinal, não tem vindo grande ajuda da parte da república...

Sr. presidente da Câmara – Execução plena.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Gostaria que nos dissesse em que ponto está o financiamento das obras que o senhor cabimentou e vão desde o Porto Judeu até Santa Bárbara, abarcando toda a orla costeira mais baixa da zona sul da ilha Terceira porque é importante que se materialize em euros o bom trabalho da Câmara que aqui tivemos oportunidade de elogiar nessa cabimentação.

Este mandato está a chegar ao fim e continua a faltar o lançamento daquelas obras resultantes dos compromissos assumidos com o PSD no início deste mandato. Sei que as coisas estão lançadas administrativa e concursalmente mas pergunto, quanto mais não seja em cenário de campanha eleitoral, para quando o senhor presidente da Câmara prevê o início

do lançamento dessas tais primeiras pedras que, independentemente de virem embrulhadas por si num papel cor-de-rosa com um lacinho bem feito, beneficiariam todos os terceirenses. Essas obras estão a fazer falta ao município e às suas gentes. Estou a falar do mercado municipal, do terminal de camionagem, dos estacionamento urbanos em Angra, de novas zonas balneares, do prolongamento da obra do Fanal até à Silveira e por aí adiante.

Sr. presidente da Câmara – Começando pela questão das festas e da pandemia, de facto, se o Estado de Emergência não for renovado, como aparentemente não acontecerá, novos desafios se colocam que podem vir a alterar profundamente a maneira como as coisas aqui funcionarão. No ano anterior tivemos um número muito limitado de pessoas vindas de fora mas poderemos ter este ano um cenário de ambiente aberto com gente a chegar todos os dias em grande número e se tal acontecer, será um grande desafio.

Depois de um ano e pouco de Estado de Emergência, talvez não fizesse mal nenhum o seu prolongamento por mais um mês para resolvermos a questão da vacinação mas essa situação não depende da Câmara. Após um ano e três meses em Estado de Emergência, depois de tudo o que passámos e do que a economia sofreu, não faz muito sentido deitarmos tudo a perder por causa de um mês. Não faria mal nenhum esperar um pouco mais até que as vacinas abrangessem 50 ou 60% da população para depois se partir para outra situação. São estes os tais imponderáveis que referi há pouco que poderão influenciar a forma como as Sanjoaninas vão decorrer.

As festas Sanjoaninas são isso tudo. É verdade que ajudam os grupos locais, algo que também foi ponderado, e a questão da marca é muito importante. Uns podem valorizá-la mais, outros menos, são opiniões aceitáveis e não discordo do senhor deputado em fundamento. A verdade é que as Sanjoaninas são um marco importante para a nossa sociedade e para todos nós e teremos todo o gosto que elas se façam de acordo com o que as condições o permitirem. O mesmo acontece em relação às outras festas, algumas já num horizonte muito próximo como o Espírito Santo.

Vamos passar mais um ano em que as festas serão muito curtas. À semelhança do que se fez o ano passado, vamos ter a distribuição do pão e do vinho mas desta vez na ilha toda porque o concelho da Praia da Vitória também aderiu. Vamos ter umas festas fraquinhas mas são as festas possíveis.

Tenho preocupações sérias em relação ao verão porque o ano passado vimos zonas balneares apinhadíssimas de gente e nos fins de semana de sol havia sempre uma multidão que se dirigia para os espaços públicos. Isto correu bem o ano passado porque não havia transmissão comunitária e praticamente ninguém entrava ou saía da ilha, mas este verão as coisas poderão ser diferentes. Vamos ter que conduzir este processo semana a semana ou dia a dia em função do que for acontecendo. Em 2020 criámos para todos esses espaços, planos de contingência que se mantêm válidos e temos sempre a possibilidade de mudar as coisas de um dia para o outro consoante o que venha a acontecer. Se for preciso, fecharemos zonas balneares ou outros espaços ou controlaremos as entradas, dependendo da situação concreta que aconteça em cada momento. A Câmara está preparada e fará o que tiver que fazer na defesa da saúde pública.

Quanto às obras, a relação da Câmara não é com o Governo da República mas sim, com o Governo Regional, o intermediário que recebe o dinheiro da República, e nada sei sobre o que recebeu ou não recebeu. No que diz respeito à Câmara Municipal, estão prontas todas as obras a que nos comprometemos, já pedimos para sermos ressarcidos das mais pequeninas e faltam duas: uma na Ponta Gorda no Porto Judeu, um assunto complexo de engenharia que

estamos a preparar, e a outra que iniciámos por detrás do Porto de S. Mateus mas tivemos que interromper por causa deste desacordo sobre licenciamentos. São estas as duas obras que faltam. A do Porto de S. Mateus está adjudicada e consignada, é uma questão de nos entendermos com o Governo Regional sobre a forma como a obra será gerida, um assunto burocrático que esperamos ver resolvido nos próximos dias.

Existem problemas de engenharia na obra da Ponta Gorda. Há um projeto a fazer e grandes incertezas, porque há um mar profundo logo afora e pouco espaço para se implantar ali uma barreira de pedra, mas estamos a trabalhar no assunto. Todas as outras obras estão prontas, estamos em condições de cumprir integralmente aquilo a que nos comprometemos e o Governo Regional e o Governo da República terão que se entender em relação à outra parte.

Eu também gostaria de lançar pedras todos os dias, apesar de preferir obras feitas. Começando pela maior de todas, que é o mercado municipal, houve questões complexas de projeto que creio estarem já ultrapassadas e o prazo de entrega do projeto final é no dia 30 deste mês de abril. Se o prazo for cumprido, nas próximas semanas lançaremos o concurso para a construção do mercado.

No que respeita ao terminal de camionagem, foi feito o concurso e a obra está em vias de adjudicação. Já se encontrou uma solução intermédia para o prolongamento do Fanal e estamos em vias de iniciar a execução até porque isto acabou por encaixar noutro lado, porque foi um dos projetos aprovados no Orçamento Participativo. No entanto, há aqui outro problema visto que, tratando-se de obras públicas, havia uma negociação direta com o Governo Regional e se nos vierem pedir licenciamentos, teremos mais um problema para resolver. Isto é novo, ainda não percebi bem como vai ser mas vamos ver como funciona.

Sr. d. m. Joaquim Ponte – Senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caríssimos colegas membros desta Assembleia, bom dia a todos.

Quero associar-me aos momentos de conciliação e de concórdia ocorridos no início desta sessão da Assembleia entre o senhor presidente da Câmara e o nosso representante e ex-vereador Marcos Couto, a quem queria também desejar as maiores felicidades para as importantes funções que passa agora a desempenhar. Esse momento de grande entendimento fez-me recordar, de alguma maneira, os tempos que passei nesta autarquia como executivo num quadro político diferente do atual. Dá-me uma grande satisfação verificar que as pessoas são capazes de colocar o interesse da nossa comunidade acima dos interesses das forças políticas que cada um de nós aqui representa, por muito legítimos que sejam. Quero, com muita satisfação, associar-me a este momento e desejar que este espírito se mantenha no município de Angra do Heroísmo com a possibilidade de convergirmos naquilo que é essencial para o nosso concelho e para a nossa comunidade.

Esta é uma das grandes riquezas do poder local democrático. Não há grande debate ideológico no poder local, a não ser que tenhamos uma grande imaginação, e por vezes esse debate resulta – como se verificou aqui hoje – de questões que não dependem da responsabilidade direta do município. No poder local democrático há um debate ideológico relativamente ténue. Identificando os problemas, torna-se fácil hierarquizá-los de acordo com as prioridades para satisfazer os interesses da nossa comunidade. Isso é bom e saudável, enriquece a democracia, faz com que as pessoas acreditem nos partidos e as motive a participarem no processo democrático que queremos ver prolongado por muitos e muitos anos para que não voltemos a passar por situações como as que vivemos antes do 25 de abril de 1974 que há pouco tempo tivemos oportunidade de comemorar.

Posta de parte esta minha primeira abordagem, associando-me aos meus colegas que me antecederam com as suas intervenções, começo por agradecer ao senhor presidente da Câmara os esclarecimentos prestados acerca do terminal de camionagem e do mercado Duque de Bragança mas há aqui outras três questões de pormenor que poderão ter algum interesse e uma delas é o excesso de pombos que temos na nossa cidade. É verdadeiramente diabólico o que se está a passar em termos sanitários e de higiene pública. A quantidade destas aves é preocupante e algo terá que ser feito para preservarmos a nossa saúde. Bem sei que não é da sua exclusiva responsabilidade mas penso que o município deverá ter alguma preocupação com esta situação para ver se nos livramos deste castigo que nos vem atingindo cada vez com maior incidência.

Uma outra situação que aqui foi referida tem a ver com a vacinação. No telejornal de ontem ouvi o Secretário de Estado da Saúde e alguns responsáveis regionais dizerem que, dada a alteração que houve na disponibilização de vacinas, os prazos foram encurtados, ou seja, a imunidade de grupo que se esperava para o final do verão, está agora prevista para o seu início. Segundo estas entidades, deveremos ter cerca de 70% da população vacinada em junho para assim conseguirmos a tão desejada imunidade de grupo que nos permita ter um verão mais tranquilo e provavelmente alguma recuperação da nossa economia em moldes bem diferentes dos que estavam inicialmente previstos. Ouvi isto ontem nos jornais mas bem sei que, por vezes estas notícias poderão não ter o rigor que desejamos, por isso seria bom se alguém nos pudesse ajudar a confirmá-las.

Gostaria de expor aqui também uma última questão de pormenor que me ocorreu durante a intervenção do senhor presidente da Câmara na apresentação da atividade municipal. O Teatro Angrense tem no teto um candeeiro muito grande com pingentes em vidro com mais de meio metro de comprimento cada, fixados com grampos em ferro ou algo do género. Lembro quando esse candeeiro foi colocado, ficou muito bonito e toda a gente gostou e no outro dia de manhã quando chegámos ao teatro, vimos que uma cadeira estava furada de cima a baixo. Um desses pingentes soltou-se, veio por ali abaixo e furou a cadeira que foi direitinha para o lixo. Agora, imagine-se o impacto de um objeto destes numa pessoa. Na altura, esses pingentes foram reforçados a dobrar para que uma situação daquelas não voltasse a acontecer.

Há pouco, quando o senhor presidente da Câmara falava ocorreu-me esta triste lembrança e, por uma questão de consciência, queria alertar a vereação para esta situação. Já que se está a intervencionar o Teatro Angrense, pois que se faça também uma revisão ao dito candeeiro para que lá continue seguro ou proceda-se à sua substituição para não correremos riscos. Fica aqui a minha sugestão para que a Câmara faça da maneira que melhor entender.

Sr. presidente da Câmara – Respondendo à questão dos pombos, junto também as rolas, uma espécie de introdução recente. A verdade é que temos um problema muito grave e não apenas na cidade. Toda a costa sul da ilha está verdadeiramente infestada de pombos que são um problema, não apenas para os proprietários das casas, dos automóveis e de tudo o que fica danificado, mas também para a área agrícola porque a alimentação destes milhares de aves tem custos. É um assunto muito complicado porque a legislação existente sobre proteção de aves não permite a utilização de venenos, a não ser que façamos a recolha das aves mortas, o que não é fácil porque ninguém sabe onde o animal irá morrer.

A Câmara de Angra fez durante anos uma enorme despesa em contraceptivos para pombos com resultado nulo e o assunto só se resolverá literalmente a tiro. Provavelmente,

terá que ser feito o que se fez com as gaivotas no aterro sanitário, um abate controlado com acompanhamento ambiental.

O antigo hospital é um pombal gigante que abastece de pombos toda a cidade, a Igreja do Colégio tem um espaço ali por detrás que também abastece esta zona, as palmeiras transformaram-se num problema e quem as tem junto às suas casas, sabe do que estou a falar. Vivo na Terra Chã e na minha casa tenho mais rolas do que pombos. São umas valentes dúzias que não saem dali e provocam os mesmos efeitos dos pombos. Este é um assunto complicado que não tem uma solução fácil.

Quanto aos números reais da vacinação, neste momento creio que o número de pessoas com as duas doses tomadas andarà na casa dos 12% e com uma dose, estamos a chegar aos 25%, números relativamente longe desses valores. Também ouvi as declarações referidas pelo senhor deputado Joaquim Ponte e sei que há uma alteração profunda no caso dos Estados Unidos que hoje anunciaram que vão disponibilizar vacinas para exportação porque têm já uma grande percentagem da sua população vacinada, algo que abrirá outras perspetivas ao que poderá vir a acontecer. Contudo, infelizmente não me parece que isto vá correr tão bem assim porque há questões de logística e outras situações que poderão dificultar as coisas. Estamos a dois meses das Sanjoaninas e realisticamente não existe a probabilidade de passarmos de uma quarta parte para dois terços da população vacinada em dois meses. No que respeita a este processo, a única coisa que a Câmara Municipal faz é logística com o fornecimento das barraquinhas e os equipamentos que estão lá em cima no centro de vacinação. Não temos vacinas para disponibilizar, por isso a nossa ajuda é muito modesta.

Agradeço a informação do senhor deputado Joaquim Ponte a respeito do lustre do Teatro Angrense. Confesso que nunca tinha pensado no assunto mas a partir de agora vou olhar para o lustre com outros olhos.

Sra. d. m. Brites Cunha – Agradeço ao senhor presidente da Câmara o ponto da situação daquilo que era um desfecho anunciado. Estava a olhos vistos que a candidatura de Ponta Delgada como «Capital Europeia da Cultura» viria a acontecer nestes termos e é caso para dizer que, quem o avisa, seu amigo é. Volto a fazer precisamente a mesma crítica, lamentando que não tenha sido esta Câmara a tomar a iniciativa nessa apresentação porque temos melhores condições, características únicas e o facto de sermos uma cidade património mundial. Lamento mas tudo isto era previsível.

Quanto às Sanjoaninas, concordo em absoluto com o deputado Luís Rendeiro e percebo a necessidade de se fazer as festas, até para compensar artistas e outras atividades locais que estão a passar mal e não terão outra forma de garantir as condições mínimas de subsistência. No entanto e prevendo-se uma configuração diferente, penso que o valor necessário para as Sanjoaninas não será tão avultado como é costume. Faltando poucos dias para o 1º de maio, pergunto se esta Câmara, à semelhança do que sucedeu o ano passado, tem disponibilidade para apoiar mais uma vez as ganadarias caso venha a ser necessário, visto não se perspetivar pelo menos para já, a realização das touradas à corda.

Sr. presidente da Câmara – A Câmara está disponível para apoiar as ganadarias nos moldes que forem necessários e está marcada uma reunião com a Secretaria da Agricultura para tentarmos definir a forma de resolver essa questão. Houve um conjunto de reuniões com a Tertúlia Tauromáquica Terceirense com vista a estabelecer as normas de funcionamento das touradas de praça que estão planeadas e também com a associação dos Capinhas a respeito

de um evento que está também previsto para a altura das Sanjoaninas. Vamos tentar fazer com que os ganaderos tenham a possibilidade de fazerem algumas vendas.

Em função do que vier a acontecer no que respeita a ajudas do Governo, a Câmara dará a sua ajuda complementar, à semelhança do que fizemos o ano passado. 50% da Câmara Municipal e 50% do Governo Regional, é essa a proposta que estará em cima da mesa quando tivermos isto resolvido, o que deve acontecer em pouco tempo.

A Câmara contribuirá com 50 000,00 € para a organização da vertente tauromáquica das Sanjoaninas para a realização das duas touradas mas existem dificuldades porque o número de lugares na praça está substancialmente reduzido, os riscos de não haver espetáculos são grandes, as despesas estão feitas e se acontecer algum problema de surtos nas vésperas, poderemos ter que cancelar tudo de um momento para o outro. É uma situação arriscada que foi negociada com a Tertúlia mas esperamos poder levá-la a bom porto.

Há aqui um conjunto de incógnitas que só poderemos perceber no fim de todo este processo e cabe à Câmara, de alguma maneira, assumir os riscos que venham a acontecer porque podemos perfeitamente ter toureiros e touros prontos a entrarem na praça e acabar por não haver espetáculo. Num cenário negativo, poderá ser preciso devolver o dinheiro dos bilhetes, razão pela qual vamos manter esta posição de apoio e no fim acertaremos em função do que venha a acontecer. Temos todo o interesse e vontade em manter o apoio aos ganaderos, o que faremos em função do que venha a ser a negociação com o Governo Regional.

Sr. d. m. Rogério Sousa – Bom dia senhor presidente e restantes membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e vereação, caros colegas.

Começo por me congratular pela retirada da nossa participação na candidatura à «Capital Europeia da Cultura». É uma oportunidade fantástica para qualquer região, cidade ou conjunto de cidades, não tanto pelo selo que enverga mas, acima de tudo, pelo processo dinâmico que demora vários anos na construção de equipamentos, no desenvolvimento artístico e na criação de polos de produção para a exibição desse trabalho.

Tive a oportunidade de participar no *webinar* de apresentação da candidatura à «Capital Europeia da Cultura» e ficou claramente visto que, por vezes, as pessoas têm alguma dificuldade em entenderem todo este processo até porque, cada vez mais se fala em regiões e polos desagregados e repartidos e não tanto no conceito de cidade como capital. Depois de ouvir as intervenções dos membros da equipa e de outros intervenientes com responsabilidades na matéria, fico muito agradado com a saída de Angra do Heroísmo e da Horta deste processo que nasceu torto e infelizmente não passou de uma promessa política sem consistência.

Se nós, açorianos, fôssemos capazes de criar uma comissão interilhas para formular uma candidatura de uma região arquipelágica de nove ilhas com nove potencialidades diferentes, acredito que todos teríamos muito a ganhar porque os benefícios seriam estrondosos. Este conceito de «capital» por se ser património da UNESCO ou a cidade mais populosa está completamente errado e não faz parte dos critérios de avaliação dos júris. Fico muito satisfeito com esta decisão e tenho a certeza que os meus colegas do Partido Socialista também se associarão.

Congratulo-me também com a construção da teia do Teatro Angrense, uma obra que se esperava há muitos anos. Foi uma decisão acertada que permitirá ao teatro da nossa cidade receber condignamente peças de teatro porque não temos outro espaço em Angra do Heroísmo com essas condições. Podemos realizar diversos eventos como espetáculos musicais

e outras atividades mas não temos noutra local um teatro com boca de cena, subpalco, entradas laterais, bambolinas, pernas, etc. Esta obra da teia vai permitir que o Teatro Angrense cumpra a sua mais nobre função, tendo em atenção a questão do candeeiro que também desconhecia, e pergunto ao senhor presidente da Câmara para quando se prevê a sua inauguração.

Os dados europeus de 2020 registam que a cultura perdeu 80% da sua atividade devido à situação pandémica. É uma área que contribui imenso para o PIB europeu, não só como indústrias culturais e recreativas, mas como áreas de espetáculo puro e duro. A cultura foi a primeira a fechar e a sua reabertura, lamentavelmente lenta, tem permitido às pessoas suportarem o confinamento. Se não fosse a cultura, andaríamos aos tiros uns aos outros ou a tentar abater os pombos que andam por aí na cidade.

Sr. d. m. Délio Borges – Bom dia senhor presidente e caros membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e vereadores, caros colegas deputados municipais, jornalistas e público aqui presente.

Ainda a respeito dos pombos, não percebo do assunto mas há dias li uma notícia referente a uma técnica que a Câmara Municipal do Funchal está a adotar que tem a ver com a inalação de dióxido de carbono ou algo do género.

A respeito de obras, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos explicasse melhor essa solução intermédia que foi encontrada para a extensão do Fanal até à Silveira e nos fizesse um ponto da situação acerca dos projetos finalistas do Orçamento Participativo do ano passado que foram aceites por esta Assembleia Municipal. São projetos pequenos sem grande envolvência financeira que deveriam estar pelo menos em andamento para, quando se iniciar o processo do próximo Orçamento Participativo, podermos dar aos votantes um sinal de que as suas expectativas foram atendidas.

Temos referido aqui por diversas vezes os vários setores da comunidade que precisam de ser atendidos e comer também à mesa do orçamento. Há sempre dinheiro para todos, gostaria de referir aqui os empresários que são os principais prejudicados pela crise e a Câmara Municipal tem uma atividade em parceria com a Câmara do Comércio referente à restauração, o «Toma lá 5».

Numa sessão da Assembleia Municipal do ano passado, o senhor presidente anunciava que estaria dependente das medidas a tomar pelo Governo Regional para que a Câmara Municipal pudesse anunciar as suas, por isso gostaria que nos fizesse o ponto da situação. Têm sido desenvolvidas diversas iniciativas por parte dos vários municípios em todo o país e temos que ser imaginativos nas medidas a tomar. Deixo aqui o alerta de que temos que fazer um pouco mais pelos nossos empresários.

Sr. presidente da Câmara – Começando pela resposta à intervenção do senhor deputado Rogério Sousa, o Teatro Angrense está bem inaugurado. Neste momento está a ser planeado com a Direção Regional da Cultura um espetáculo para a sua reabertura mas pedirei depois ao senhor presidente da Mesa que conceda a palavra ao senhor vereador Guido Teles para explicar melhor essa situação.

Em resposta à questão do senhor deputado Délio Borges sobre o acesso à Silveira, o problema tem a ver com o troço dentro da própria baía, ou seja, depois de chegar àquela ponta quando viramos em direção a terra, porque aí o mar é profundo, as dificuldades para se colocar ali um molhe são grandes e a baía ficaria muito reduzida. A solução encontrada foi a criação de um acesso nas Areias Brancas, na Rua Dona Violante do Canto, semelhante ao do Fanal com uma rampa que permita a descida de pessoas com mobilidade reduzida,

prolongando aquele mesmo perfil do molhe até à curva. Da curva para dentro temos que encontrar uma solução melhor que passará provavelmente pela escavação de alguns bocados na rocha e a colocação de um passadiço metálico suspenso para não se entrar no mar que apresenta condições muito difíceis nessa zona.

O que está a ser feito é o projeto deste primeiro troço, ou seja, uma nova entrada semelhante à do Fanal com uma rampa na Dona Violante do Canto e depois o prolongamento do mesmo percurso mas apenas até à ponta porque a entrada na Silveira exige um trabalho completamente diferente. Do projeto que nos foi apresentado há uns meses, a Câmara aprovou o primeiro troço mas não aprovou o segundo e acabámos por dividir a obra em duas partes.

Em resposta à situação dos empresários, temos vindo sempre a acompanhar a situação com a Câmara do Comércio e foram-se tomando diversas medidas. Já fizemos uma segunda ronda de apoio nas questões da água e das taxas, que não teve grande impacto porque, felizmente, o número de pessoas em *lay-off* já não é assim tão elevado, mas continuamos sempre disponíveis para agirmos em função das medidas que, do meu ponto de vista, têm sido acertadas, quer por parte do anterior, quer do atual Governo Regional.

No caso dos Açores, as coisas têm sido bem resolvidas. Este último pacote de medidas foi bem pensado, continuamos nesta posição de complementaridade e iremos agindo em diálogo permanente com a Câmara do Comércio. Concluiu-se que o setor que mais estava a perder neste inverno era a restauração, razão pela qual se desenvolveu um conjunto de ações viradas para essa área que tiveram um enorme sucesso até mais do que esperado que veio provar a justeza da situação. Muita gente saiu beneficiada, particularmente os restaurantes que, felizmente, têm andado bem compostos.

Sr. vereador Guido Teles – Bom dia senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara, caros vereadores, senhoras e senhores membros da Assembleia.

Aproveitámos esta fase da redução de eventos devido às restrições provocadas pela pandemia para a realização de alguns investimentos necessários no Teatro Angrense. A intervenção na teia está terminada com os motores instalados e foi feita uma atualização de todos os equipamentos necessários para o funcionamento mais modernizado daquele espaço. O primeiro evento está previsto já para o segundo fim de semana de maio e tudo indica que teremos boas condições para que esse prazo seja cumprido, até porque estamos já numa fase de instalação do equipamento de som e luz por parte dos nossos técnicos. Vamos ainda proceder a mais algumas melhorias e estamos a preparar a substituição da eletrificação das varas instaladas no palco. A sala sairá muito beneficiada e a partir de agora conseguiremos responder a outras necessidades em termos de eventos culturais no Teatro Angrense, o que antes não era possível.

Passando agora à questão do Orçamento Participativo, estamos a dar seguimento a todos os projetos que foram aprovados, um deles relacionado com uma intervenção no Passeio dos Artistas no Porto Judeu que está a ser articulada com a Junta de Freguesia, tendo sido criado um protocolo para o efeito com a atribuição da verba e a Junta de Freguesia está já na fase de aquisição dos equipamentos necessários.

O mesmo processo se aplica a S. Sebastião em que era prevista a instalação de um trilho temático na zona da Salga, para o qual foi também preparado um protocolo com a Junta de Freguesia, e sabemos que o assunto está já em andamento.

A nossa unidade de resíduos está também a trabalhar na instalação dos contentores subterrâneos no centro da cidade. Foram solicitados os orçamentos e identificados os espaços para a instalação desses silos.

Temos o projeto de execução contratado referente à obra que há pouco foi aqui referida, de acesso à zona do Fanal naquele largo das Areias Brancas, se calhar o projeto mais difícil de executar no prazo de um ano, mas temos esperança que o mesmo fique concluído o mais rapidamente possível.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tenho uma questão para o senhor presidente da Câmara que é também um alerta acerca de uma preocupação que me tem sido cara ao longo dos anos e foi já aqui levantada pelo doutor Joaquim Ponte. A respeito das várias pragas urbanas a que temos estados sujeitos, entrámos de tal forma numa deriva protecionista que não se pode fazer mal a bichinho nenhum. Agora, devido à proibição do uso do *Roundup*, pelos vistos também já não se pode fazer mal às plantas.

Este protecionismo não deixa de ser também extremista à sua maneira porque, em nome de outras preocupações que são postas à frente do bem-estar das pessoas, se calhar impede-nos de viver em comunidade com as condições de segurança necessárias. Essa deriva tem força de *lobby*, tem representação política, tem os seus eleitos nos órgãos democráticos, tem também força e peso eleitoral. Compete àqueles que estão a representar os partidos de maior força democrática, não alinharem com esse tipo de situações mas fazem-no demasiadas vezes, temendo essas minorias e as consequências estão à vista.

Não se pode matar os cães nem os gatos nos canis, independentemente de serem adotáveis ou de não terem condições para lá permanecerem albergados indefinidamente e não se cumpre a lei vigente que – pasme-se – obriga à devolução dos animais devidamente «chipados» e esterilizados ao local da sua captura, sabe-se lá em que circunstâncias. Não se pode controlar as populações dos animais errantes, tenham eles asas, patinhas ou caudas e não se pode caçar as rolas turcas, apesar de serem uma espécie com interesse cinegético, mas as mesmas podem caçar nas nossas explorações agrícolas e na periferia das nossas fábricas de rações.

A zona do Porto da Praia é um viveiro inesgotável para a procriação desses animais que se espalham por toda a ilha. Continuamos a assistir aos digníssimos ditos amigos de todos os animais – menos das pessoas – a defenderem este tipo de situações e a alimentarem os animais em espaços públicos, independentemente das leis que o proíbem.

A questão que coloco ao senhor presidente da Câmara, que também foi Secretário Regional do Ambiente, é a seguinte: em que medida é que os proprietários de terrenos, nomeadamente vinhas, podem recorrer à legislação em vigor que permite controlar populações, incluindo até espécies protegidas como o Pombo-torcaz e a Gaivota-de-patas-amarelas? Gostaria de saber o que a Câmara Municipal pode fazer, argumentando em termos de higiene e de saúde pública e até da proteção do património, porque muitos dos nossos monumentos e sítios estão totalmente conspurcados pelos dejetos dos pombos, pelos ninhos e até pela sua ação mecânica sobre as estruturas. Essa lei não poderá ser usada para solicitarmos uma correção de população animal a uma escala que nos sirva e assim poderemos recorrer ao habitual envenenamento por chumbo em cartuchos, dos animaizinhos que nos estão a causar todos estes problemas?

Este é o mesmo tipo de *lobby* que não quer que se mate os bichinhos, que façamos touradas, que sejamos terceirenses, etc. Este tema não deixa de ser importante e quando tive responsabilidades na Assembleia Legislativa Regional, fui useiro e vezeiro na sua defesa.

Houve resoluções aprovadas mas nada foi feito, parece que vai cair o Carmo e a Trindade sempre que se fala no controlo das populações dos bichinhos e ridiculariza-se quem acha que eles já são demais e têm que ser reduzidos porque primeiro estão as pessoas.

Sr. presidente da Câmara – O município tem já alguma experiência nesta matéria porque há uns anos fizemos com grande sucesso o controlo de densidade de gaivotas no aterro sanitário.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Com envenenamento por chumbo?

Sr. presidente da Câmara – Exatamente. Foi a solução possível e as coisas correram relativamente bem. Contudo, o município só o pode fazer no espaço público ou nos seus edifícios, ou seja, isto terá que ser solicitado pelos proprietários dos prédios. A Câmara pode agir sobre os pombos que voem nos espaços públicos mas temos um problema adicional porque a lei sobre o uso de armas proíbe disparos a menos de 250 metros das casas, o que significa que não podemos ir para o Jardim Público ou para a Praça Velha matar pombos com uma arma qualquer. Temos aqui dois mecanismos legais contraditórios. A Câmara pode pedir para corrigir a densidade populacional dos pombos mas não é possível matá-los a tiro.

Terminadas as intervenções, a informação sobre a Atividade Municipal foi considerada apreciada.

1.2 – Primeira alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2021, tendo em vista a introdução dos seguintes postos de trabalho:

- Unidade de Desporto e Promoção da Qualidade de Vida:
- Um Técnico Superior. (Área de Arquitetura Paisagística).
- Unidade de Águas e Manutenção de Vias:
- Um Assistente Técnico. (Área dos Sistemas de Informação Geográfica).

Para aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea o), n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Como vos disse há pouco, do ponto de vista do pessoal, o município tem mantido alguma estabilidade. Temos vindo paulatinamente a perder trabalhadores por aposentação e estamos numa situação que não nos apresenta grandes dificuldades em abrir lugar nos nossos quadros quando tal se mostre necessário.

Para além do Jardim Público e esta zona em torno do castelo, têm vindo a crescer as áreas em que temos intervenção na gestão de jardins, parques, árvores e zonas verdes e não temos nenhum técnico especializado nesta área. Assim, a Câmara entende que será bom para o município a existência de um técnico superior na área da arquitetura paisagística que possa colaborar na gestão de jardins, árvores, parques e espaços públicos.

A segunda proposta que aqui fazemos tem a ver com uma questão de natureza tecnológica porque, cada vez que abrimos uma vala ou instalamos uma estrutura qualquer, é preciso que ela seja devidamente georreferenciada. Utilizando o GPS, ficaremos a saber exatamente onde as coisas estão, desde os tubos de esgoto até aos fios de telefone, e precisamos de um assistente técnico especializado nesta área para acompanhar as obras que se vão fazendo nas ruas, procedendo à georreferenciação de tudo o que lá é instalado. São estas as duas vagas que aqui vos propomos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Não temos o hábito de nos manifestar acerca dos procedimentos de contratação de pessoal para a Câmara mas tenho uma dúvida acerca desta vaga específica para uma pessoa com formação em arquitetura paisagística. Apesar de perceber a explicação do senhor presidente da Câmara, não me parece que a Câmara esteja mal servida porque tem uma vereadora com formação base em engenharia florestal com sensibilidade para estas questões.

Sr. presidente da Câmara – Não é funcionária.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tendo em conta que a maioria da gestão dos espaços verdes é feita pelos próprios funcionários da Câmara e a sua conceção é feita por projeto, pergunto se é mesmo necessária esta formação específica visto que, quaisquer novos espaços ficam sempre sujeitos a um projeto elaborado por um gabinete que tem os seus próprios técnicos.

Como temos defendido em várias circunstâncias a contratação externa, canalizando a força laboral da Câmara para aquelas outras áreas que não podem mesmo ser substituídas por fornecedores de serviços, gostaria que o senhor presidente da Câmara nos explicasse melhor estas contratações. Até agora isto não tem funcionado mal e renovo até o elogio ao seu trabalho – porque têm, efetivamente, surgido espaços novos e bom gosto na sua escolha e requalificação – mas pergunto porquê isto, sabendo que há outras necessidades, talvez em áreas menos visíveis e mais administrativas e técnicas da Câmara, que o senhor presidente nos tem vindo a elencar noutras sessões da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Quando se abre um concurso público, nele devem constar as áreas técnicas similares e há, de facto, algum projeto que é feito dentro da própria Câmara. Como exemplo, cada vez que queremos mudar as plantas de uma qualquer rotunda ou proceder à decoração de um espaço verde, não temos necessariamente que contratar projetos fora devido a questões de despesa e situações de ordem contratual, por isso é útil termos alguém que faça uma gestão no dia a dia e seja capaz de orientar os nossos trabalhadores. Por outro lado, há um outro trabalho importante de decoração da cidade, como as flores que são colocadas nas floreiras e a sua gestão, assim como a orientação do nosso pessoal do ponto de vista técnico na área da arquitetura paisagística que temos em falta. Em tempos, tivemos alguém que esteve lá a fazer um desses estágios e a verdade é que o trabalho não tem corrido tão bem desde que essa pessoa foi embora, razão pela qual se chegou à conclusão que esta seria uma das vagas a preencher quando nos fosse possível.

A saída de pessoas do quadro gerou espaço orçamental para fazermos esta contratação sem aumento da despesa com pessoal e ficaremos melhor servidos se tivermos um bom técnico porque há coisas que necessitam de ser feitas todos os dias desde a poda das árvores até à escolha da espécie mais adequada para plantar aqui ou ali. A senhora vereadora não estará cá para sempre e eu também não porque somos transitórios, por isso precisamos de alguém que fique no quadro da Câmara e faça um acompanhamento técnico destes serviços do dia a dia.

O jardim quase duplicou a sua dimensão nestes últimos anos com o acrescentamento de todo este novo setor e adotámos uma imensa faixa verde que é toda aquela zona que vai desde o Fanal até à Baía. Tudo isto agora é gerido pela Câmara e temos também uma propriedade que se destina à instalação do jardim botânico ali por cima da Terra Chã onde a Câmara comprou terrenos também para esse fim.

Temos uma outra área grande para gerir ali por cima da Nasce-água, a zona onde existe aquele tanque e toda a encosta da serra até lá ao topo que foi adquirida pelo município, que

tem agora na sua posse, muitos e muitos hectares de terreno que precisam de uma gestão diária em termos de decisões sobre o que plantar, o que cortar e como cortar, algo que não se compagina com a aquisição de trabalhos a um técnico qualquer exterior à Câmara. Neste momento temos trabalho para alguém desta área que precisa de lá estar todos os dias e não lhe faltará que fazer.

Terminadas as intervenções e após a votação, a Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal constante do Ponto 1.2, foi aprovada por maioria com 27 votos a favor (22 do PS, 4 do PSD e 1 da d. m. independente) e 8 abstenções (6 do PSD e 2 do CDS-PP).

1.3 – Adesão da Câmara Municipal à Associação Portuguesa de Municípios com Atividade Tauromáquica. Para autorização da Assembleia Municipal nos termos da alínea s), do n.º 1, do artigo 33.º, em conjugação com o disposto nos artigos 108.º e seguintes, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma associação que está em fase de constituição e visa formalizar aquilo que até agora era, digamos, um agrupamento dentro da Associação Nacional de Municípios que engloba um grupo de municípios que constitui a chamada «Secção dos Municípios com Atividade Tauromáquica». Acontece que toda a atividade deve ser gerida pelas regras da própria associação e não deixa liberdade suficiente a este grupo de municípios para algum tipo de atuações.

A situação dos municípios com atividade tauromáquica mesmo a nível nacional começa a ser relativamente desconfortável. A grande maioria dos municípios não faz parte deste setor e não vê algumas ações com bons olhos, razão pela qual, este grupo chegou à conclusão que seria melhor autonomizar esta associação e criar uma outra com personalidade jurídica autónoma que lhe permita um funcionamento separado da Associação Nacional dos Municípios, mantendo a outra secção. Uma coisa não substitui a outra, apenas a complementa, deixando aqui um maior grau de liberdade na sua ação.

Começa a sentir-se a nível nacional e regional que esta não é uma situação pacífica, algo que os municípios que representam populações onde a atividade tauromáquica tem importância, não encaram com ligeireza. Há aqui a necessidade de se criar também um *lobby* forte que permita uma participação sólida do ponto de vista público e os municípios envolvidos neste processo, entre os quais o de Angra do Heroísmo, chegaram à conclusão que era necessário partir para esta solução.

Com este Ponto 1.3 da nossa Ordem de Trabalhos pedimos autorização à Assembleia para sermos sócios fundadores desta instituição, sabendo que teremos um conjunto de complicações pela frente porque é necessário um visto e outras situações do ponto de vista legal que agora se iniciam. Este é o primeiro passo no sentido de se criar uma associação a nível nacional que represente estes municípios, tenha autonomia, total liberdade de ação e a participação cívica necessária para defender este ponto de vista.

Sra. d. m. Brites Cunha – Esta adesão faz todo o sentido, uma vez que a tauromaquia foi declarada património cultural e imaterial aqui do município. O CDS-PP vê com muito bons olhos tudo que se possa fazer no sentido de encontrar mecanismos de criação de um *lobby* forte, sabendo-se que a tauromaquia tem sido atacada pelas mais diversas vias e importa a quem se interessa. Somos uma cidade orgulhosamente aficionada e devemos fazer o que nos compete na sua defesa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Estas questões da tauromaquia adquiriram contornos indiscutíveis. Trata-se de uma questão de identidade e não apenas da defesa de um património cultural que é muito nosso. Nos últimos tempos, num movimento que tem vindo a crescer, temos visto um conjunto de ataques àquilo que é a nossa identidade, a nossa maneira de ser, a nossa história e tudo aquilo que nos fez o povo que hoje somos. A tauromaquia tem estado debaixo de um ataque sem precedentes com uma intensidade cada vez maior e não é por acaso que o lema mais importante desta terra que foi adotado pela região é «Antes morrer livres, que em paz sujeitos» e o brasão é também composto por dois touros.

É com todo o entusiasmo e sem reservas que vamos apoiar a adesão do nosso município a esta associação e sublinharemos sempre com veemência a nossa identidade, a nossa história, quem somos e o que somos e a tauromaquia é parte integrante de tudo isso.

Não se registaram mais intervenções. Posto à votação, o documento constante do Ponto 1.3 foi aprovado por unanimidade.

1.4 – Nomeação do auditor externo do Município, tendo em vista a certificação legal de contas do Município, a empresa Santos Vaz, Trigo de Morais e Associados, SROC, Lda. nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 77.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 114/2017 de 29 de dezembro. Para nomeação pela Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – Este é o auditor que foi selecionado na sequência do concurso público feito no ano anterior e tem sido prática do nosso município manter o mesmo auditor durante cada triénio. Pede-se assim à Assembleia Municipal que mantenha a confiança nesta empresa para auditar as contas do ano 2021.

A Assembleia Municipal nomeou por unanimidade o auditor externo em causa.

1.5 – Balanço Social da Câmara Municipal relativo ao ano de 2020. Para conhecimento da Assembleia Municipal.

Sr. presidente da Câmara – O Balanço Social da Câmara é um documento relativamente longo que está disponível, foi distribuído e do qual apenas destaco os traços mais gerais.

A 31 de dezembro do ano passado o município de Angra tinha 351 trabalhadores, dos quais, 278 homens e 73 mulheres. A maior parte destes trabalhadores, (215), está na carreira dos «Assistentes Operacionais», sendo 206 homens e apenas 9 mulheres. Na carreira de «Assistente Técnico» tínhamos 67 trabalhadores, (37 mulheres e 30 homens), aqui sendo mais mulheres do que homens. Na carreira de «Técnico Superior» tínhamos 50 trabalhadores, (26 homens e 24 mulheres) e temos 9 dirigentes, (7 homens e 2 mulheres). Em traços gerais, é esta a situação dos trabalhadores do município, aqui também com alguma estabilidade sem grandes mudanças.

Uma outra questão que é sempre referida no Balanço Social da Câmara tem a ver com as questões de higiene e segurança no trabalho, uma área onde melhorámos imenso. Modéstia à parte, somos um dos melhores municípios do país nessa matéria. Temos medicina no trabalho disponível dentro da casa por onde passam semestralmente todos os nossos trabalhadores, um setor que é gerido por um técnico superior na área da segurança no trabalho.

Desde que se iniciou este processo, a sinistralidade laboral reduziu-se extraordinariamente em cerca de 90%. Se repararem, já não se veem trabalhadores na rua sem os respetivos coletes, capacetes e outras proteções, nem operam em lugares altos sem os respetivos equipamentos. Fizemos aqui uma caminhada muito importante e passámos a um serviço altamente qualificado em que as normas de segurança são levadas a sério. Do ponto de vista do Balanço Social, o nosso município sofreu grandes melhorias.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Balanço Social da Câmara Municipal constante do Ponto 1.5.

1.6 – Relatório Anual de Atividades e Avaliação de 2020 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Angra do Heroísmo (CPCJ) e respetiva informação do Comissariado, informando dos erros na extração da aplicação na Comissão Nacional. Para conhecimento da Assembleia Municipal nos termos da alínea j) do artigo 18.º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, alterada pela Lei n.º 26/2018 de 5 de julho).

Sr. presidente da Câmara – Esta é uma área em que temos uma participação forte e esta comissão funciona de forma partilhada entre duas entidades chave que são o município e o sistema judicial.

A CPCJ de Angra do Heroísmo tem vindo a desenvolver uma excelente atividade resolvendo problemas muito complicados, como o demonstra o relatório que os senhores têm à vossa disposição. Nos últimos anos tem havido alguma melhoria nesta matéria, em boa parte também devido a uma ação bastante mais assertiva por parte da comissão e do sistema judicial que lhe dedicou uma magistrada quase em exclusividade com a obtenção de muito bons resultados. Há situações muito difíceis e problemáticas e às vezes é preciso alguma coragem para enfrentar estes problemas, mas a verdade é que as coisas se têm vindo a fazer.

Creio que a CPCJ do nosso concelho está de parabéns pelo trabalho que tem feito com grande qualidade. Contudo, não podemos dizer que a situação está resolvida porque esta é uma luta diária e, infelizmente, continuamos a ter muitas situações de maus tratos a crianças e jovens e falta de proteção por parte da nossa sociedade. Apesar do bom trabalho feito, estamos muito longe de nos considerarmos satisfeitos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Foi o cabo dos trabalhos para conseguir decifrar o conteúdo deste relatório. A minha primeira questão tem a ver com a forma como isto é apresentado para análise e interpretação dos membros da Assembleia Municipal, uma vez que o relatório vem com cerca de vinte ficheirinhos, cada um com uma série de quadros sem nenhum tipo de avaliação qualitativa, sem dados comparativos nem um gráfico evolutivo das situações ao longo do ano. Também não consta uma avaliação e interpretação da própria comissão relativamente aos dados e ao conteúdo deste relatório.

Independentemente da qualidade do trabalho meritório da CPCJ, uma função que reconheço difícil e ingrata, julgo que a apresentação deste relatório à Assembleia Municipal deve ser feito noutros moldes para que o consigamos interpretar e estabelecer termos comparativos. Olhando para aqueles números, não sei quantos dos que aqui estão presentes, conseguiram tirar conclusões ou comparar aqueles dados com o que quer que seja.

Há que repensar profundamente a forma como este trabalho é apresentado à Assembleia Municipal para que possamos fazer um juízo crítico, apresentar alternativas e

sugestões. Não conseguimos aferir daqui o que quer que seja porque isto está uma grande confusão. Há aqui *e-mails* que assumem a existência de problemas com a plataforma utilizada, erros nos dados e uma data de coisas que não funcionam e importa corrigir.

Há um elenco de outras atividades paralelas da comissão de proteção de menores que envolvem o lançamento de livros, folhetos e outras ações pedagógicas, que são uma atividade secundária certamente importante, mas não tão importante como aquela que obriga à elaboração deste relatório que não estamos em condições de interpretar olhando para aqueles dados.

Independentemente de uma evolução positiva, dá para perceber que continuamos a ter um conjunto de situações muito preocupantes que não deveriam acontecer em pleno século XXI numa sociedade que queremos civilizada e isto acaba por ser o retrato do que ainda somos como comunidade, pelo menos nalgumas das nossas franjas.

É importante que este relatório seja elaborado de forma facilmente consultável e inteligível por parte de quem o quiser consultar. É mesmo preciso muito esforço para que abramos os ficheirinhos um por um onde não conseguimos ver sequer uma avaliação da própria CPCJ relativamente àquilo que nos está a ser distribuído. Tenho que criticar a forma como isto nos é apresentado porque não acho que esteja em condições.

Sr. presidente da Câmara – Devo dizer que uma parte da culpa é minha porque a comissão enviou um outro ficheiro, um PowerPoint que se destinava a ser projetado aqui, o que acabou por não acontecer por falta de condições técnicas. Creio que esse ficheiro está na posse da Mesa. Chegou um pouco mais tarde e eu deveria ter apresentado a projeção que foi preparada mas não há condições para tal. No entanto, o mesmo poderá ser distribuído aos senhores deputados, a quem peço um pouco de paciência para que o vejam nos vossos próprios equipamentos. Os ficheiros que foram distribuídos têm esse formato determinado centralmente pelo Ministério da Justiça que opera essa plataforma. Contudo, a comissão poderia elaborar um texto escrito comentado mas isso é o que consta já do dito PowerPoint que será distribuído. Peço desculpa à Assembleia porque a falha é minha visto que não fiz seguir o documento na sua inteireza.

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, senhor presidente da Câmara e vereação, senhores deputados.

Manifesto aqui também o meu desagrado pela forma como este relatório nos foi apresentado. Acho lamentável o facto de termos que o abrir página a página e nem tão pouco está compilado num único documento.

A comissão tem feito efetivamente um belíssimo trabalho, bem estruturado e organizado e todos estes dados estão bem sistematizados. É possível fazer uma leitura longitudinal das situações problemáticas que são reportadas acerca das idades das crianças que são mal tratadas no nosso concelho e dos agentes intervenientes. É importante que esta Assembleia perceba os tipos de intervenção, a forma como a comissão articula com os agentes locais, a autarquia, o Governo Regional, a Segurança Social e as IPSS's, quais os projetos desenvolvidos e os técnicos que estão no terreno.

Apesar da precariedade dos dados que nos foram aqui apresentados, sei que a comissão os tem bem organizados e deveriam estar aqui presentes. Pelo que consigo interpretar, existem vinte e seis crianças entre os zero e os dois anos de idade com processos que foram instaurados no ano de 2020 e onze destes processos decorrem de negligência grave. Há vinte e três novos processos instaurados referentes a crianças com idades compreendidas entre os três e os cinco anos e trinta e três processos instaurados sobre crianças entre os seis e os dez

anos de idade. São muitas crianças, a situação é muito preocupante e nestas questões não há partidarismos porque o interesse superior da criança está primeiro e todos partilhamos esta enorme preocupação.

Se temos uma comissão bem organizada e orientada por um bom presidente, devemos convidá-lo a vir aqui à Assembleia Municipal fazer essa apresentação e debater connosco para percebermos conjuntamente que ações podem ser levadas a cabo e que responsabilidades cabem a cada um de nós nos serviços que representamos e enquanto cidadãos.

Tenho a perceção de que estes números se agravaram no ano de 2020. Como foi discutido em reunião de comissão alargada, sabemos que a pandemia foi um dos fatores de causalidade de alguns problemas associados aos maus tratos infantis. Há situações delicadas ao nível da saúde mental e da negligência de pais muito jovens e são as crianças que sofrem. Isto não é aceitável no nosso concelho, que tem uma cidade património mundial e ótimos recursos, e estes números referentes a crianças entre os zero e os dez anos de idade deixam-me imensamente triste. Não temos qualquer motivo para celebrar com os números que constam deste relatório relativamente a 2020.

Sra. d. m. Brites Cunha – Quero associar-me às críticas e às preocupações apresentadas por quem me antecedeu. Tendo em conta algumas questões constantes deste relatório, foi absolutamente dramático para mim verificar que há um consumo excessivo de álcool e estupefacientes em todas as faixas etárias. Como referiu a senhora deputada Isabel Berbereia, o combate às dependências tem que ser travado por todos, muito além de quaisquer partidarismos, por isso pergunto ao senhor presidente o que a Câmara Municipal está disponível para fazer numa ação que se pretende mais preventiva.

Sr. presidente da Câmara – Se o senhor presidente da Assembleia assim o entender, creio que a sugestão da senhora deputada Isabel Berbereia deveria ser atendida porque o documento em PowerPoint que me foi enviado é bastante explicativo e o senhor presidente da comissão poderia apresentá-lo aqui com outra propriedade, explicando melhor todas as questões.

O papel da Câmara nesta matéria tem sido essencialmente de natureza logística, ou seja, fornecemos os equipamentos, a casa e tudo o que é necessário para o funcionamento da comissão mas depois as questões de intervenção nas áreas concretas estão quase todas no âmbito de diversas IPSS's do nosso concelho e da ilha e a comissão funciona aqui como entidade coordenadora deste processo. O município tem colaborado sempre que algo nos é solicitado, somos dos que mais contribuímos para esta matéria e esta comissão tem tido à sua disposição os meios e equipamentos que precisa. Neste último ano fez-se um investimento relativamente grande neste edifício ao pé de nós aqui atrás onde a comissão funciona. Alargou-se o espaço, foi criado um ambiente diferente e acessos diferenciados com salas adequadas para que as crianças sejam ouvidas. O trabalho do município é essencialmente logístico e de apoio e as questões mais complexas são tratadas pelos técnicos das IPSS's que estão protocolados para esse efeito.

Mais do que as minhas explicações, creio que esta Assembleia beneficiaria da presença do senhor presidente da comissão. Fica aqui também a minha sugestão para que assim se faça e ele possa responder com maior profundidade às questões colocadas.

Sr. presidente da Mesa – A Mesa acolhe como boa a proposta relativamente à audição do senhor presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e com ele articularei para

que o possamos ouvir na próxima sessão desta Assembleia durante o tempo necessário para que nos faça uma apresentação esclarecedora.

Terminadas as intervenções, a Assembleia Municipal tomou conhecimento do relatório constante do Ponto 1.6.

1.7 – Voto de Louvor a Timothy Lima pelo seu relevante percurso artístico e pela obtenção do 3.º lugar nos prémios do IPA – International Photography Awards 2020. Para votação da Assembleia Municipal.

O Voto foi aprovado por maioria após votação por escrutínio secreto.

1.8 – Voto de Louvor aos dois jovens: Miguel Rodrigues Almeida e Vítor Hugo Medeiros Pinheiro que resgataram uma vítima do interior da sua viatura no Porto das Pipas. Para votação da Assembleia Municipal.

O Voto foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Em jeito de interpelação à Mesa e devido à impossibilidade do PSD ter estado presente na Conferência de Líderes, gostaria de solicitar uma conjugação de vontades em torno dos seguintes votos que constam da Ordem de Trabalhos apresentados pela bancada do PS, uma vez que os mesmos só hoje nos chegaram à mão. Pelo seu teor e importância, o Voto de Pesar pelo falecimento do senhor João Ângelo e o Voto de Louvor à engenheira Anabela Borba pelo seu trabalho na Cáritas poderiam ser propostos pela Mesa e subscritos por todos os grupos parlamentares.

Uma vez que tem sido prática desta Assembleia, a admissão de votos no próprio dia da sessão, solicito que seja aceite um outro Voto de Pesar pelo falecimento do senhor João Ângelo, também ele institucional, vindo da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu e que o mesmo possa ser debatido e votado em simultâneo com o voto apresentado pelo Partido Socialista que, sendo apresentado pela Mesa, poderia ser subscrito de igual forma por todos os grupos municipais aqui representados. Tinha já colocado esta questão ao senhor presidente da Assembleia antes do início dos trabalhos e o senhor presidente da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu também o tinha feito a respeito do Voto de Pesar da Junta de Freguesia pelo falecimento do senhor João Ângelo. Em jeito de requerimento oral à Mesa, gostaria de deixar à consideração do grupo municipal do Partido Socialista, que incluiu estes seus votos na agenda, e também do grupo municipal do CDS-PP para que esta proposta do PSD se faça deste modo.

Sr. presidente da Mesa – O grupo parlamentar do Partido Socialista naturalmente acolherá a sugestão mas não posso responder em seu nome. À semelhança do que tem acontecido em circunstâncias idênticas, a Mesa aceita a entrada do Voto de Pesar apresentado pela Junta de Freguesia de S. Bartolomeu sobre o falecimento do senhor João Ângelo e penso que os senhores deputados municipais não colocarão nenhum entrave à sua votação nos moldes que foram sugeridos pelo senhor deputado Luís Rendeiro.

Sra. d. m. Marília Vargas – Gostaria de referir que, apesar de terem dado entrada apenas hoje devido a um problema no sistema informático, nós apresentámos os votos na Conferência de Líderes e constavam também da convocatória. É apenas para clarificar a

situação visto que, na sessão anterior da Assembleia se comentou que o Partido Socialista apresentava os votos à última da hora sem avisar. Temos pena que o PSD e o CDS-PP não tenham estado presentes na Conferência de Líderes mas desta vez fizemos tudo certinho «by the book». Quanto ao facto de os votos serem apresentados em conjunto, é óbvio que nada temos contra.

Sra. d. m. Brites Cunha – Agradecendo a abertura por parte do Partido Socialista, associamo-nos com muito gosto e achamos que este voto ganha até outra dignidade. Reconheço que desta vez tudo deu entrada de forma certinha mas, infelizmente, não me foi possível estar presente na Conferência de Líderes.

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL E DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO BARTOLOMEU DE REGATOS

2.1 – Votos de Pesar pelo falecimento de João Ângelo de Oliveira Vieira. Para votação da Assembleia Municipal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro – Tendo em conta o que foi aqui previamente discutido, solicita-se a alteração da redação dos votos oriundos do Partido Socialista de modo a que possam ser subscritos e apoiados por todos os grupos municipais desta Assembleia e apresentados pela Mesa.

Sr. presidente da Mesa – Assim será conforme foi decidido em plenário.

A senhora secretária da Mesa procedeu à leitura dos Votos de Pesar pelo falecimento do senhor João Ângelo:

Voto de Pesar pelo falecimento de João Ângelo de Oliveira Vieira apresentado pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e subscrito por todos os grupos municipais:

«João Ângelo de Oliveira Vieira nasceu a 24 de junho de 1935 na freguesia de São Bartolomeu de Regatos e faleceu no passado dia 17 do corrente mês no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira.

Aos sete anos inicia a instrução primária concluindo apenas a 3.ª classe, tendo logo de seguida começado a trabalhar na lavoura da família.

A primeira vez que cantou foi aos dezassete anos quando participou numa gravação no Rádio Clube de Angra destinada a familiares emigrados.

Aos dezoito anos estreia-se como improvisador num “Rancho de matança” e aos vinte tem a sua primeira participação num “Pezinho”.

Em 1960 participa, com Vigairinho, numa cantoria improvisada na varanda de uma casa particular em Santa Bárbara. Na sequência dessa cantoria e porque foi insultado por Vigairinho, João Ângelo afasta-se das cantorias até 1967, ano que marca definitivamente o seu regresso por ocasião das festas dos Regatos.

Em 1973 ruma aos Estados Unidos da América como visitante onde permaneceu cerca de nove meses, trabalhando e cantando. Durante a sua vida voltaria mais de duas dezenas de vezes àquele país.

João Ângelo cantou também cinco vezes no Canadá, uma no Brasil, uma em França e quatro no continente português, para além de ter atuado em todas as ilhas dos Açores.

Em 26 de setembro de 2019 fez a sua última participação como cantor popular no “Pezinho” das festas de São Carlos na ilha Terceira.

João Ângelo serviu a sua freguesia, quer como dirigente da Casa do Povo de São Bartolomeu, quer como autarca, integrando a Comissão Administrativa logo após o 25 de abril e a Junta de Freguesia de 1979 até 1982.

Pelo acima exposto, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo aprova um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor João Ângelo de Oliveira Vieira.»

Voto de Pesar pelo falecimento de João Ângelo de Oliveira Vieira apresentado pela Junta de Freguesia de São Bartolomeu de Regatos:

«João Ângelo de Oliveira Vieira nasceu no dia de São João, 24 de junho de 1935, às 23h00m de uma segunda-feira no lugar dos Regatos na casa dos pais, naquela que hoje é chamada a “Canada do João Ângelo” na freguesia de São Bartolomeu, concelho de Angra do Heroísmo, ilha Terceira, Açores.

Filho de José Ângelo Vieira e de Zulmira Inês de Oliveira, com sete anos de idade ingressou no ensino primário do Posto de Ensino dos Regatos, concluindo a 3.ª classe.

Em 1955 foi inspecionado para o serviço militar obrigatório mas ficou livre.

Em 1957 fez uma tentativa de emigrar para o Canadá mas foi cortado.

João Ângelo faleceu solteiro mas conheceu três namoradas. Tinha planos para casar como o comum dos mortais. Várias contrariedades a isso levaram: a tentativa de emigrar para o Canadá, a doença e morte do pai, a doença e morte da mãe. Depois “já era tarde...”

Fez a sua vida profissional sempre ligado à vida da terra como lavrador e agricultor por conta própria. Na ilha Terceira não conheceu entidade patronal. A única vez que trabalhou por conta de alguém foi quando esteve emigrado nos Estados Unidos da América e trabalhou numa leitaria na Califórnia.

Em 1972, como membro da direção da Casa do Povo, João Ângelo participou na recepção ao improvisador Ferreira da Costa emigrado na Califórnia.

Em 1973 foi como visitante à Califórnia e por lá ficou perto de nove meses onde trabalhou e cantou. Foi o início de muitas viagens à nossa diáspora que visitou pela última vez em 2012.

A primeira vez que João Ângelo cantou de improviso foi em 1953 com dezoito anos de idade com rapazes do seu tempo. Pela vida fora cantou na América, Canadá, Brasil, França, em todas as ilhas dos Açores, em Lisboa e no Porto. A última quadra que cantou foi no “Pezinho” nas festas de São Carlos na ilha Terceira em setembro de 2019. Foram mais de 60 anos de improviso, destacando-se na moda das “Velhas”. Nas “Velhas” há um período antes, outro durante e um outro bem distinto depois de João Ângelo.

Entre os anos de 1960 e 1980 do século XX escreveu alguns enredos para Bailinhos de Carnaval e versos temáticos como “A luta entre Saiotas e Terroristas” e “A Crise sísmica em São Jorge”.

Aquando do sismo de 1980 era presidente da Junta de Freguesia de São Bartolomeu e teve algum trabalho “extraordinário” além de algumas chatices, porque a freguesia possuía um dos poucos salões da ilha, (a Casa do Povo), para guardar os donativos destinados aos sinistrados.

Em 1992, por proposta da Junta de Freguesia enviada à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, foi atribuído o seu nome à canada onde nasceu e viveu.

Desde novo que João Ângelo apanhou o vício de fumar mas deixou-o em 2005 com setenta e cinco anos de idade, embora lhe tenha custado muito.

Entre 1991 e 2016 foi lembrado ou homenageado por dezoito vezes, tendo-lhe sido atribuída pela república portuguesa, a Medalha da Ordem do Mérito.

João Ângelo foi um improvisador com um sentido de humor muito refinado, um brilhante contador de histórias e um observador muito atento do mundo que o rodeava. Tinha uma memória prodigiosa para lembrar e descrever factos com dezenas de anos e uma humildade e sabedoria popular impressionantes. Era cumpridor rigoroso dos compromissos que assumia, um homem com qualidades acima do comum dos mortais.

João Ângelo de Oliveira Vieira faleceu no dia 17 de abril de 2021 no Hospital da Ilha Terceira e foi sepultado no cemitério da sua freguesia natal de São Bartolomeu de Regatos.

A nossa cultura ficou mais pobre. Foi uma biblioteca que se fechou.

Assim, pelo currículo atrás descrito, a Junta de Freguesia de São Bartolomeu de Regatos propõe a apresentação de um Voto de Pesar à família e amigos do senhor João Ângelo de Oliveira Vieira.»

Sr. d. m. Artur Machado – Boa tarde senhor presidente e membros da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais.

Gostaria de enaltecer uma faceta de João Ângelo como lavrador, algo que não está espelhado nos Votos de Pesar. A ele se deve ainda hoje a existência de uma população extremamente interessante de gado bovino. É representante dos animais que foram lançados no processo de povoamento da ilha Terceira, as “Catrinas”, um património genético extraordinário que se teme que venha a desaparecer com a morte do João Ângelo.

Sr. d. m. Cesário Pamplona (presidente da J. F. de S. Bartolomeu de Regatos) – Boa tarde senhor presidente da Mesa, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Apenas para dar uma achega à intervenção do senhor deputado Artur Machado. Por curiosidade das curiosidades, criámos um gabinete do lavrador na nossa freguesia e uma semana antes do falecimento do senhor João Ângelo tivemos o cuidado de fazer uma reportagem sobre o gado “Catrino” da sua propriedade, o único existente na nossa ilha. As vacas do senhor João Ângelo estão espelhadas em jeito de homenagem numa exposição no nosso gabinete do agricultor em fotografias de grande dimensão. Infelizmente, o senhor João Ângelo não pôde ver este trabalho que foi feito um pouco antes da sua morte.

Os Votos de Pesar pelo falecimento de João Ângelo de Oliveira Vieira foram aprovados por unanimidade após votação por escrutínio secreto.

3 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.1 – Voto de Louvor a Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba pelo trabalho efetuado como presidente da Cáritas da Ilha Terceira. Para votação da Assembleia Municipal.

A senhora secretária da Mesa procedeu à leitura do Voto de Louvor constante do Ponto 3.1:

«Voto de Louvor a Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba pelo relevante trabalho efetuado como presidente da Cáritas da ilha Terceira entre os anos de 2000 e 2021.

Anabela Ferreira Rafael Silveira de Borba nasceu a 18 de julho de 1959 em Tremês, concelho e distrito de Santarém. É licenciada em Engenharia Zootécnica e mestre em produção animal. Foi presidente da Cáritas da ilha Terceira entre os anos 2000 e 2021 e preside à Cáritas dos Açores desde 2002.

A engenheira Anabela Borba, enquanto presidente da Cáritas da ilha Terceira, fez um trabalho notável. A sua ação transformadora e a sua liderança forte mudaram o paradigma e o papel da ação social da igreja na ilha Terceira e nos Açores. Trouxe para as instituições de solidariedade social o desafio da mudança nas metodologias de intervenção social na comunidade e nos grupos mais vulneráveis com incidência no trabalho com jovens.

A Cáritas da ilha Terceira, durante a sua presidência, foi exemplo e referência no campo da intervenção social, destacando-se na capacidade de inovar e mobilizar agentes e redes de parcerias locais, regionais, nacionais e internacionais, criando respostas novas e adequadas para os problemas locais mais complexos.

A engenheira Anabela Borba foi capaz de formar equipas técnicas, também elas jovens, coesas e bem preparadas, em quem confiou e desafiou a cada dia dos seus sucessivos mandatos. Todos aprenderam a superar desafios e a quebrar os modelos assistencialistas, fazendo diferente.

A Cáritas da ilha Terceira centrou nos últimos anos a sua atenção sobre os jovens e os problemas relativos à sua formação, educação e empregabilidade, criando projetos pioneiros e impactantes na sua capacitação e integração social, sendo exemplos: o projeto e programa “ITINERIS”, “FREE”, “TERRA NOSTRA - Capacitação com Raízes”, o projeto “TRAD(E)-IN - Tradição e Inovação para a Empregabilidade”, o projeto “Trilhar Caminhos” e recentemente, no âmbito da economia social, a criação da empresa de inserção “As Nossas Quintas”.

Na Cáritas foi ainda impulsionadora da criação da Creche e Jardim-de-Infância, das Valências de Animação de Rua e do Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil. Defende que a responsabilidade de lutar contra a pobreza é de todos, incluindo dos próprios pobres.

A sua inquietação, o compromisso com a sua missão e a sua matriz cristã, fizeram e fazem de Anabela Borba uma mulher desafiadora e às vezes acutilante. É uma mulher livre e libertadora, uma líder carismática que deixa um real património na instituição que presidiu e no modo de encarar a pobreza e fazer trabalho social no concelho de Angra do Heroísmo na ilha Terceira, Açores.

Neste enquadramento, a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo aprova a atribuição de um Voto de Louvor a Anabela Borba pelo relevante trabalho desenvolvido enquanto presidente da Cáritas da ilha Terceira nos últimos 21 anos.»

Sra. d. m. Isabel Berbereia – Proponho que seja dado conhecimento deste Voto de Louvor à Cáritas Açores e à Diocese. Que o voto se destine também à própria Diocese.

Sr. presidente da Mesa – Assim será. Muito obrigado.

*O Voto de Louvor a Anabela Borba constante do ponto 3.1 **foi aprovado por unanimidade após votação por escrutínio secreto.***

*A senhora deputada municipal Tânia Gil da Rocha Lemos, na qualidade de 1.ª secretária da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão por volta das 12h45m do dia 27 de abril de 2021, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues de Barros

A 1ª Secretária

Tânia Gil da Rocha Lemos